

CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES:

**Saberes Plurais, Diversidades e
Identidades**

CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES:

Saberes Plurais, Diversidades e
Identidades

Editor Chefe

Ivanio Folmer

Bibliotecária

Tábata Alves da Silva

Revisora Técnica

Gabriella Eldereti Machado

Diagramação e Projeto Gráfico

Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa

www.canva.com

Revisão

Organizadores e Autores(as)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva - Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Profa. Dra. Alicia Eugenia Olmos - Universidad Católica de Córdoba

Prof. Dr. Astor João Schönell Júnior - Instituto Federal Farroupilha

Prof. Dr. Alan Ricardo Costa - Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza - Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof. Dr. Carlos Adriano Martins - Universidade Cidade de São Paulo

Prof. Dr. Christian Dennys Monteiro de Oliveira - Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Dayse Marinho Martins - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos - Universidade Estadual de Londrina

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Douglas Manoel Antonio de Abreu Pestana dos Santos - Faculdade Sesi-Sp de Educação

Profa. Dra. Elane da Silva Barbosa - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch - Universidade Franciscana

Prof. Dr. Francisco Odécio Sales - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo - Universidade Católica de Brasília

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros - Universidade Federal de Santa Maria

Profa. Dra. Marcela Mary José da Silva - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Michel Canuto de Sena - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Mônica Aparecida Bortolotti - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado - Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Roberto Araújo Silva - Centro Universitário Lusíada

Prof. Dr. Sidnei Renato Silveira - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin - Universidade Federal do Oeste da Bahia

Prof. Dr. Tomás Raúl Gómez Hernández - Universidade Central “Marta Abreu” de Las Villas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Corpos, gêneros e sexualidades [livro eletrônico] :
saberes plurais, diversidades e identidades /
organizadores Gustavo Duarte, Alberto Barreto
Goerch, Ivanio Folmer. -- Santa Maria, RS :
Arco Editores, 2023.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5417-211-0

1. Diversidade sexual 2. Educação 3. Gênero e
sexualidade 4. Identidade I. Duarte, Gustavo.
II. Goerch, Alberto Barreto. III. Folmer, Ivanio.

23-187292

CDD-371.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Gênero e diversidade : Educação 371.1

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



10.48209/978-65-5417-211-0

Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte
e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



ARCO EDITORES

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - O PAPEL DO NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDIS) DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFAR), NA PREVENÇÃO E COMBATE À LGBTFOBIA.....	7
--	----------

Paulo Rogério Caldeira dos Santos

Daniela Copetti Santos

doi: 10.48209/978-65-5417-211-1

CAPÍTULO 2 - “EU ACHO QUE É AIDS, PORQUE JÁ VIROU MITO”: CONDIÇÕES DE SAÚDE DE HOMENS GAYS/ BISSEXUAIS/TRANS NAS NARRATIVAS DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ATENÇÃO BÁSICA NA CIDADE DO RECIFE, PERNAMBUCO.....	23
--	-----------

Celestino José Mendes Galvão Neto

Isabelle Tavares Amorim

Juliana Leite Silva Ramos

doi: 10.48209/978-65-5417-211-2

CAPÍTULO 3 - PÚBLICO LGBTQIA+: PERCEPÇÕES SOBRE O ENVELHECER NO AMBIENTE DIGITAL.....	42
--	-----------

Fábio Araújo Cavalcante

Leconte de Lisle Coelho Junior

doi: 10.48209/978-65-5417-211-3

CAPÍTULO 4 - DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA LEITURA DE A VIDA INVISÍVEL (2019).....61

Érica Miscena Martins

doi: 10.48209/978-65-5417-211-4

CAPÍTULO 5 - RELAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR-ANALISE DA COLETÂNEA DO NEPRE ANO 2007 A 2013.....72

Nelice Antunes Ferraz

Joelma de Jesus Pereira

doi: 10.48209/978-65-5417-211-5

SOBRE OS ORGANIZADORES.....86

SOBRE OS AUTORES.....89

CAPÍTULO 1

O PAPEL DO NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (NUGEDIS) DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFAR), NA PREVENÇÃO E COMBATE À LGBTFOBIA

Paulo Rogério Caldeira dos Santos

Daniela Copetti Santos

Doi: 10.48209/978-65-5417-211-1

Introdução

A compreensão de que a escola é um ambiente de pluralidades, nos demonstra que é impossível negarmos a existência da homoafetividade dentro destes espaços. O interesse por essa temática parte do pressuposto de que somos todos iguais e que a intolerância é o grande mal da humanidade, quando compreendemos que a espécie *Homo Sapiens* É diversa e plural, também concluímos que a mente humana vai muito além da dualidade imposta pela morfologia dos órgãos sexuais, ou seja, existem as mais diversas formas de amar, e estas não devem ser usadas como forma de discriminação e marginalização dos indivíduos LGBTQIAPN+.

Compreendermos que a educação é a forma mais eficaz de transformação do mundo nos faz concluir que o combate ao preconceito contra as diferenças, luta contra as desigualdades, construção de uma sociedade mais justa e tolerante, tem como alicerces uma educação baseada na igualdade.

Sabemos que há algumas décadas atrás, a orientação sexual diferente aos padrões vistos como “normais”, ou seja, heteronormativos eram considerados pela sociedade como uma doença, o pejorativo termo “homossexualismo”. Somente após a retirada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) do chamado homossexualismo da Classificação Internacional de Doenças (CID), é que os movimentos LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexo, assexual, pansexual e demais pessoas da bandeira e a pluralidade de orientações sexuais e variações de gênero) conseguiram espaços para a discussão da temática junto à comunidade Internacional. (Rodrigues e Herndéz, 2020)

Nos últimos anos no Brasil existiram importantes avanços nas políticas públicas no que tange à diversidade de gênero e sexual, como, por exemplo, podemos citar o direito à união civil e cotas em Instituições de educação para candidatos transexuais, porém, na atualidade tem se percebido um movimento inverso. É nesse sentido que dar foco a esses debates pode representar um importante passo para que os direitos adquiridos por essa comunidade sejam respeitados.

Este trabalho teve por base nossa pesquisa intitulada “Representações sobre a LGBTFOBIA, uma análise das concepções na EPT no Instituto Federal Farroupilha (IFFAR)”, onde procuramos averiguar a existência de discriminação motivada por orientação sexual e como o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual atua na prevenção e combate a essas discriminações.

O Instituto Federal Farroupilha e o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual

O IFFar é uma autarquia federal, criada pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Conforme sua criação está caracterizada como uma instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular, e multicampi, voltada para a oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nas diferentes modalidades de ensino.

O princípio básico dessa instituição é ofertar cursos, currículos e programas direcionados ao mundo do trabalho, se configurando como importante canal de acesso à qualificação profissional e está incluída na pauta das políticas públicas do Governo Federal (BRASIL, 2008).

O IFFar, em 2013, desenvolveu a Política de Diversidade e Inclusão, de acordo com essa política: o reconhecimento, o respeito, o acolhimento, o diálogo e o convívio com as diferenças fazem parte da construção do conhecimento e das relações sociais de responsabilidade da escola como espaço formativo de identidades (IFFar, 2013).

A Resolução nº 023/2016, alterou a Resolução nº 015/2014 (CONSUP IFFAR, 2016), que dispunha sobre as Ações Inclusivas da Reitoria e dos campi do IFFar. Através dessa mudança foi possível alterar a redação, reorganizar os títulos e criar o NUGEDIs, a natureza e a finalidade desse núcleo foi instituído em seu artigo 5º.

Até 2022 a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) era constituída pelo Núcleo de Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS). No ano de 2022, houve a revogação da Resolução CONSUP 015/2014 (CONSUP IFFAR, 2014), através da Resolução CONSUP 042/2022 (CONSUP IFFAR, 2022), com isso, a partir de setembro de 2022 os núcleos passaram a ser coordenado pela CAA (Coordenação de Ações Afirmativas).

A Educação como Protagonista do Combate ao Preconceito

Considerando que, ao longo do tempo, as escolas e outras instâncias sociais e culturais desempenharam um papel decisivo na construção histórica e hierarquizante dos gêneros e das sexualidades, faz-se urgente que essas mesmas instituições trabalhem para ressignificar as práticas educativas. Estas contribuíram, de acordo com Louro (2000), para uma normatização dos corpos, atuando por meio de uma pedagogia do disciplinamento, dentro do que se entende como representação de masculinidade e feminilidade.

Conforme Miskolci (2012), o sistema educacional foi um aparato poderoso a serviço da biopolítica, tendo a escola como um espaço de normalização coletiva, de imposição da heterossexualidade compulsória e de modelos de como ser homem ou mulher, levando em conta os padrões heteronormativos. Ainda sobre essa questão, de acordo com Auad (2006), nossa sociedade hierarquiza o feminino e o masculino, produzindo desigualdades nas relações de gênero. E a educação, no contexto da socialização, tem reproduzido essas desigualdades.

A formulação das primeiras políticas públicas significativas para a população LGBT foi criada a partir do governo Lula (2002-2010), onde começaram grandes debates sobre questões de representatividade e demandas dos movimentos sociais e, assim, das LGBTs, para a promoção da diversidade e equidade social. (Vianna, 2012, pág. 134).

De acordo com Pacheco (2009), os IFs ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidas como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, e que, por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem.

Portanto, indo ao encontro do ponto chave de nossa pesquisa, o público LGBTQIAPN+.

Camargo (2022) nos diz que as discussões sobre gênero e sexualidade não são novidades quando tratamos de políticas educacionais, sendo que estas já estão previstas desde 1995 pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Para o autor é necessário reconhecer a fragilidade, como também, as inúmeras situações que as pessoas LGBTQIAPN+ têm em suas trajetórias escolares, como um primeiro passo para pensar em políticas que possam intervir na questão.

Para Barros (2021) abordar questões dessa natureza no espaço da EPT é assumir uma posição política no sentido de ampliar a noção de cidadania e de direitos humanos; é contribuir, em alguma medida, para inclusão de uma população marcada pelo estigma e pelo preconceito no espaço social e escolar.

Vianna (2015) entende que políticas públicas são o estado em ação, desta forma um governo assume as funções do estado através de programas e planos que envolvem diversos órgãos públicos nas diferentes esferas. Por isso o debate em relação à homofobia nas escolas, amparado pela formação docente voltada à desconstrução de identidade de gênero foi um forte protagonista no combate ao preconceito, destacando em sua fala o Programa Brasil sem Homofobia.

É inegável que em um país tão polarizado por ideologias partidárias, a existência de governos que contemplem a pluralidade sexual, através de ações e programas que visem minimizar a marginalização da comunidade LGBTQIAPN+, é um diferencial na prevenção e combate à discriminação. Portanto, a escola por se tratar de um ambiente de formação não apenas acadêmico, mas também de caráter, acaba por influenciar na formação de cidadãos conscientes em suas escolhas políticas, visando na escolha por aqueles que contemplem em seus planos de governo, as pluralidades existentes na sociedade.

Metodologia

Para atingirmos nossos objetivos utilizamos em nossa pesquisa a abordagem qualitativa, valendo-se também dos métodos descritivos e exploratórios, com destaque na modalidade “Relatos de experiência”. O lócus da pesquisa foi o IFFar, sendo que o público alvo desta pesquisa foram os presidentes do NUGEDIS dessa instituição.

A pesquisa foi realizada com seis (6) participantes que se dispuseram a participar da pesquisa, sendo que outros dois (2) não responderam aos nossos contatos, um (01) não se disponibilizou a participar e outros dois (02) não foram convidados a participar, por estarem vinculados a esse projeto, sendo, portanto, esse um dos critérios de exclusão.

A construção dos dados deu-se através dos seguintes meios: (a) pesquisa documental; (b) pesquisa bibliográfica; (c) entrevista semiestruturada na modalidade online, de forma individual, através do aplicativo google meet e gravadas através do aplicativo OBS Studio.

Para a interpretação dos dados coletados utilizamos a Análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), que se divide em três etapas: a pré-análise, na qual foi feita uma pesquisa bibliográfica e a análise documental referente ao tema; a descrição analítica, já iniciada com a pré-análise, onde nos aprofundamos nossos estudos a respeito da temática e a interpretação referencial, na qual aprofundamos a nossa análise à conexão das ideias, culminando com a categorização do conteúdo, de acordo com os objetivos de nossa pesquisa.

Através da categorização, baseada nos objetivos propostos, nos detemos em demonstrar em nosso artigo dois eixos temáticos: “Acolhimento/atendimento a população LGBTQIAPN+ no IFFar”, dentro do qual verificamos se existe algum protocolo por parte do NUGEDIS e o eixo “A LGBTfobia no IFFar e suas representações” onde buscamos saber se existe algum preconceito

ou mesmo atitudes provocadas nesses espaços que lesem a integridade do indivíduo e como a instituição age perante essas situações. Baseados nos aspectos éticos da pesquisa, no intuito de garantir o anonimato dos participantes, foram atribuídos os códigos, P1, P2, P3, P4, P5 e P6, cujas identidades verdadeiras são de conhecimento apenas dos pesquisadores.

Os resultados e discussões que traremos nesse artigo estão baseados em dois eixos de nossa pesquisa, onde traremos as discussões pertinentes à existência da LGBTfobia e como o NUGEDIS atua perante essas situações.

Resultados e Discussões

Inicialmente há de se compreender a importância de trazer ao debate um tema tão crescente e presente no cotidiano da nossa sociedade, a sexualidade é algo concernente ao indivíduo humano, relatos de homoafetividade são encontrados desde os primórdios da sociedade que conhecemos, porém, a forma como a sociedade percebe essa manifestação na forma de amar, dita como divergente ao padrão estabelecido pela atual conjectura social, torna-se um fator determinante para que hajam discursos de ódio e intolerância, encontrar meios de amenizar tais preconceitos é impreterível.

Para Oliveira (2020), a questão de identidade se torna de grande importância para a sociedade e seus indivíduos, de certa forma o NUGEDIS com suas ações, procura inserir a questão LGBTQIAPN+ no cotidiano da vida acadêmica, fazendo com que uma das missões do IFFAR, que de acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2019-2026), a inclusão, se torne um objetivo concreto.

Primeiramente devemos compreender a finalidade das ações afirmativas, de acordo com Feres Júnior *et al.* (2018), as ações afirmativas devem ser parcimoniosas o suficiente para abarcar as diversas políticas assim denominadas, dessa maneira, consideramos ações afirmativas todos os programas, sejam eles

públicos ou privados, cujo objetivo confere recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo.

Dado isso passaremos a ver primeiramente quais são os tipos de protocolos, caso existam, que o NUGEDIS costuma adotar para o combate à discriminação e em seguida apresentaremos os resultados pertinentes à existência ou não de LGBTfobia no IFFar.

Devemos deixar bem claro que o nosso objetivo quanto às questões pertinentes a protocolos não visam tratar de modo diferenciado os estudantes da comunidade LGBTQIAPN+, mas sim, tentar entender o modo com que os campi atuam para que estes tenham assegurados seus direitos constitucionais, ou seja, não uma busca de privilégios, mas sim de igualdade.

Quando tratamos sobre a existência de algum tipo de protocolo para atendimento dos casos de discriminação motivados por orientação sexual ocorridos nos campus, as entrevistadas P1, P4 e P6 nos informaram que em seus campi não existem protocolos que possam ser adotados em casos de discriminação oriundos de orientação sexual.

No entanto, P2 nos relatou que em seu campus existe uma apropriação teórica e prática, sendo que quando ocorrem práticas de homofobia, é feito um registro, e este é encaminhado pela assistência estudantil para a comissão disciplinar que tomará as medidas cabíveis.

A entrevistada P3 nos informou que devido ao seu pouco tempo de atuação junto ao NUGEDIS, ainda não passou por alguma situação de discriminação, ela salienta que o trabalho limita-se a uma intervenção quando necessário em determinada turma, fazendo um trabalho de conscientização.

Entretanto, P5 quanto aos protocolos afirmou que existem algumas orientações, e que recebeu uma espécie de “passo a passo” sobre o que fazer em casos de violência de gênero ou orientação sexual, ficando estabelecido que esses

casos devessem ser trabalhados com a instância responsável, com preservação, obedecendo à legalidade.

Conforme P5:

“Existem algumas orientações assim, né. Porque o IFFar passou por situações muito difíceis esse ano. Ahm de casos de violência, enfim, contra estudantes, contra mulheres, estudantes mulheres, né. E com isso nós recebemos orientações de tipo passo a passo”.

Através desse passo a passo também ficou determinado que sempre que ocorrerem situações envolvendo gênero e diversidade sexual, o NUGEDIS deverá ser comunicado.

Analisar a existência da LGBTfobia nos campus participantes da entrevista, embora não tenha havido a participação de todos os campi que compõem a instituição, nos serviu de base para sondar a existência de preconceito motivado pela orientação sexual no IFFar.

Silva e Nardi compreendem que,

Entendendo-se, então, a homofobia como uma discriminação, e esta como uma forma de prejuízo e/ou supressão de direitos e liberdade, assim estará caracterizada uma atitude homofóbica independentemente da intenção explícita desta. Deste modo, podemos pensar em duas formas de discriminação: direta e indireta. Não nos estenderemos aqui na definição destes dois fenômenos, sendo que suas apresentações nos valem para ressaltarmos tanto a evidência como a sutileza da discriminação sofrida pelos homossexuais (Silva e Nardi, 2011, p. 256).

Já iniciaremos nossa fala com um relato de P2, na qual ela nos contou que um estudante, que era homossexual, porém, que sua família não sabia, e que ao entrar na instituição, a mãe do estudante afirmou que ele iria “virar gay”.

Dessa maneira, já iniciamos nossa análise observando que existe um estigma acerca das instituições que incluem atividades referentes à diversidade sexual em seu cotidiano.

Ao tratarmos da questão de existência de homofobia no ambiente da instituição, P1 nos apontou que existem relatos de discriminação por orientação

sexual em seu campus, porém, como os núcleos não funcionam como canais de denúncia, o trabalho realizado é no sentido educativo, não sabendo informar se em algum caso houve denúncias por meio de algum canal oficial. Ela também nos relata que os cursos da área agrária costumam ser os que mais apresentam problemas em relação à discriminação, citando como exemplo olhares discriminatórios e comentários maldosos, referentes à temática LGBT.

A entrevistada nos traz o seguinte relato:

“E também tem aqueles comentários que a gente ouve aqui, tem cursos da área agrária, né. Como técnico agropecuária, o curso agronomia, que quando a gente tá fazendo alguma atividade do núcleo na temática LGBT, que a gente só sai com a bandeira da sala pra levar em outro lugar, a gente percebe o olhar discriminatório e comentários maldosos, só de haver uma bandeira, sabe”.

É interessante observarmos que o preconceito, embora velado, para aqueles que observam o mundo com um olhar mais minucioso, como a comunidade LGBTQIAPN+, que convive cotidianamente com atitudes preconceituosas, podemos imaginar o desconforto que deve existir para estes, quando ocorrem estes tipos de atitudes.

Ao contrário de P1, a entrevistada P2 nos relatou que em seu campus nunca houve registros de estudantes que tenham relatado algum tipo de violência pela sua orientação sexual, não de forma explícita, porém, a mesma nos informou que existem relatos de alguns estudantes de maneira informal, a respeito de determinado professor, que em determinadas situações, alunos se sentem prejudicados de alguma forma, e isso tem relação com sua orientação sexual, mas nunca houve denúncia formal.

Conforme o relato da entrevistada:

“o NUGEDIS nunca soube de forma explícita, né, entre os estudantes a gente sabe que há estudantes que reclamam da postura de alguns professores, na verdade de um professor específico né, é, eles sentem que, esse professor em determinadas situações, persegue muito entre aspas assim, porque não é uma perseguição, é sutil, são mecanismos muito sutis de po-

der, de dominação, que esse professor na verdade ele sempre desgosta de alunos que são gays femininos, muito afeminados”.

De acordo com P3, a discriminação motivada pela orientação sexual costuma ser algo que incomoda muito em seu campus, a mesma acredita que tenha relação com a regionalidade. Ela nos relata que geralmente a discriminação vem em tons de brincadeiras, citando algumas formas de comportamento entre os alunos, como, por exemplo, xingamentos do tipo “tu é bicha” e cita também um relato de falta de limites entre os estudantes, onde em determinada turma os estudantes ficavam passando as mãos em outro estudante.

A entrevistada nos traz o seguinte relato:

“E eu tenho um diário que eu os acompanho em aula, e ali eles meio que abrem o coração, sabe? Então ali eles colocam várias coisas que eles sofrem no campus, né? O fato de que eles se sentem excluídos por alguns colegas, pela orientação sexual deles e às vezes eles nem são abertamente gays pra turma, por sei lá um trejeito, a forma como, tem um aluno aqui que ele pinta muitas unhas e já é um motivo para as pessoas debocharem dele e usarem daquilo como uma forma de exclusão, então é uma discussão bem difícil e necessária aqui”.

P1 e P3 apontam o curso de agropecuária como sendo um dos que mais apresenta casos de discriminação, e que este curso, cujo público vem dessa raiz do campo, ou seja, do homem e mulher tradicional, e para eles, tudo que foge ao aspecto da heteronormatividade binária, se torna problemático.

De certa forma acreditamos que tradicionalmente existe aquela cultura ligada ao conservadorismo das raízes do campo, muito presentes no estado do Rio Grande do Sul, onde isso se potencializa principalmente em estudantes dos cursos ligados às áreas voltadas para o campo.

P4 nos relata que em seu campus, embora não tenham existido relatos que originassem um processo disciplinar, existem casos de discriminação sim, o que tem ocasionado muita demanda da comissão disciplinar dos alunos, sendo a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) geralmente a receptora

destas denúncias, e esta procura fazer um trabalho restaurativo. Ela também nos relatou que existem situações cotidianas, não só de alunos, mas também de servidores, que são casos que se enquadram como homofobia, e cita como exemplos, brincadeiras e piadas, mas igualmente ao que ocorre com P2, nada que tenha gerado uma denúncia formal.

P5 nos relata que já teria existido casos de discriminação por orientação sexual em seu campus, e que o núcleo procura fazer uma conversa e acompanhar os casos, existindo uma orientação para que qualquer situação que venha a ocorrer, o NUGEDIS seja comunicado, fazendo um trabalho de conversa e escuta com o apoio da assistência estudantil.

Nesse sentido, podemos evidenciar que, embora, o NUGEDIS não tenha um poder de policiamento para às questões tangentes à discriminação, existe a preocupação do núcleo em acompanhar os casos, e buscar formas, através de ações conscientizadoras, para que isso não volte a acontecer.

Igualmente às demais, P6, nos relata que em seu campus existe discriminação, porém, as denúncias não costumam chegar diretamente para o NUGEDIS. Geralmente são recebidas pela Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e a partir daí o NUGEDIS é chamado para auxiliar, muitas vezes para uma conversa, para participação em alguma reunião ou momentos de conversas com os alunos. Caso aconteça dos alunos não denunciarem ou desses casos não chegarem ao conhecimento da CAE, a discriminação está sempre em pauta, sendo algo corriqueiro.

Dessa forma nos remetemos a Rondini *et al.* (2017), onde a autora nos diz que embora as questões referentes aos LGBTQIAPN+ seja tema frequente na mídia, ainda encontramos preconceito no contexto escolar, o que de acordo com a autora pode ser explicado pela inexpressiva quantidade (e qualidade) de políticas públicas em educação dirigidas à minimização de preconceito para com esta comunidade.

Sobre a LGBTfobia verificamos que embora não existam casos com registro em todos os campus, a discriminação está presente, considerando os que participaram da nossa pesquisa. As narrativas demonstram que embora muitas vezes essa discriminação possa ocorrer de forma não tão explícita, traz à tona a importância de que o combate e a prevenção à discriminação motivada por orientação sexual devam ser contínuos, e, nos mostra a importância da instituição possuir um núcleo voltado a essas temáticas na EPT.

Conclusões

Devido ao atual cenário da política brasileira, frutos de uma herança de ódio e desrespeito aos direitos humanos, darmos foco às minorias é uma forma de tentar amenizar os preconceitos, quanto mais conhecimento é produzido acerca de um tema, acredita-se que os “mitos” existentes relativos ao assunto acabam por serem problematizados, minorados e quiçá extintos.

Sobre a LGBTfobia, embora não existam muitos casos com registro, a discriminação está presente em todos que participaram da pesquisa, mesmo que de uma forma não tão explícita, portanto, o combate e prevenção à discriminação por orientação sexual deve ser contínuo, e tamanha é a importância da instituição possuir um núcleo voltado a essas temáticas. Dos protocolos constatamos a inexistência destes, sendo que cada campus na medida do possível procura adotar algumas formas de enfrentar estes tipos de acontecimentos.

Quando tratamos a respeito dos protocolos, de acordo com os relatos podemos constatar que não existem protocolos estabelecidos para agir em casos de discriminação motivados pela orientação sexual, sendo que cada campus na medida do possível procura adotar algumas formas de enfrentar estes tipos de acontecimentos.

Desta forma entendemos que o NUGEDIS, desempenha um papel fundamental na busca pela dignidade da comunidade LGBTQIAPN+ no IFFar,

através de suas ações age diretamente na prevenção e combate à discriminação, bem como, potencializa o êxito na formação de cidadãos com consciência social.

Diante dos relatos, e da necessidade de dar mais foco às questões de diversidade, por se tratar de uma questão crescente no cotidiano da vida em sociedade, também compreendemos que o NUGEDIS desempenha um papel de extrema importância no IFFar, dando maior visibilidade às minorias, de forma a garantir o direito de inserção e permanência desta comunidade também na educação.

Referências

AUAD, D. (2006) **Relações de gênero na sala de aula: atividades de fronteira e jogos de separação nas práticas escolares**. Pro-Posições, Campinas – SP, v. 17, n. 3, p. 137-149, set/dez. 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. (Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro, Trads). São Paulo: Editora 70, (2011).

BARROS, R. I; CAVALCANTI, R. J. S. **Diversidade sexual e de gênero no currículo da Educação Profissional: Dizeres das/os estudantes**. Revista Humanidades e Inovação v 8, nº 53, 2021.

BRASIL. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

CAMARGO, D. **Formação continuada em gênero e sexualidade na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação, 2022.

FERES JÚNIOR, J., *et al.* **Ação afirmativa: conceito, história e debates [online]**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. ISBN: 978-65-990364-7-7. <https://doi.org/10.7476/9786599036477>.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. (2019-2026) Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026> Acesso em: 04 jun. 2023.

_____. **Resolução CONSUP nº 10/2013**. Aprova o organograma funcional dos Câmpus do Instituto Federal Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/busca?searchword=resolu%C3%A7%C3%A3o%20consup%2010/2013&searchphrase=all> Acesso em: 05 jun. 2023.

_____. **Resolução CONSUP nº 015/2014, de 28 de maio de 2014**. Aprova o regimento da Coordenação de Ações Inclusivas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/1345-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-15-2014-regimento-da-coordena%C3%A7%C3%A3o-de-a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas> Acesso em 27 mai. 2023.

_____. **Resolução CONSUP nº 023, de 24 de maio de 2016**. Altera a redação, reorganiza os títulos e inclui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Resolução CONSUP nº 015/2014 que dispõe sobre as Ações Inclusivas na Reitoria e dos campi e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/14699-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-023-2016-altera-a-reda%C3%A7%C3%A3o-reorganiza-os-t%C3%ADtulos-e-inclui-o-n%C3%BAcleo-de-g%C3%AAnero-e-diversidade-sexual-na-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-015-2014-que-disp%C3%B5e-sobre-as-a%C3%A7%C3%B5es-inclusivas-do-iffar> Acesso em: 21 jan. 2023.

_____. **Resolução CONSUP nº 042, de 23 de setembro de 2022**. Homologa a Resolução Ad Referendum nº 10/2022, que aprova o Regulamento das Coordenações de Ações Afirmativas (CAA) do IFFar. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/28277-resolu%C3%A7%C3%A3o-consup-n%C2%BA-42-2022-homologa-a-resolu%C3%A7%C3%A3o-ad-referendum-n%C2%BA-10-2022-que-aprova-o-regulamento-das-coordena%C3%A7%C3%B5es-de-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-cao-do-iffar> Acesso em: 30 jan. 2023.

LOURO, G. L., *et al.*, (2000) **O corpo educado- Pedagogias da Sexualidade**. Editora Autêntica, Belo Horizonte, M.G.

MISKOLCI, R. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica; UFOP, 2012.

OLIVEIRA, W. G. **A historicidade do Movimento LGBTQIA+: Os Direitos Sexuais e a Discussão Sobre Cidadania**. Editora Realize, Maceió (AL), 2020.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Ministério da Educação (2009).

RODRIGUES, J. P. R.; HERNANDEZ, M. C. **O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 32. Brasília, p. 207-248, mai/ago 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/rbcpol/a/4qT6hT8Vs4yrR4B5y6365VL/?lang=pt> Acesso em 21 jul, 2021.

RONDINI, C. A. *et al.* **Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio**. Psicologia USP, Abril 2017, Volume 28, nº 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/R5D7SvGHJRb8DgJPGWbDr9C/?lang=pt> Acesso em: 13 mai, 2022.

SILVA, F. R.; NARDI, H. C. **A construção social e política pela não-discriminação por orientação sexual**. Physis Revista de Saúde Coletiva, n. 21, p. 251-265, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/kYKJsyJM5q-dcXYpSjPkVpfw/?lang=pt> Acesso em: 25 jul.2021.

VIANNA, C. P. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2, 2012.

CAPÍTULO 2

“EU ACHO QUE É AIDS, PORQUE JÁ VIROU MITO”: CONDIÇÕES DE SAÚDE DE HOMENS GAYS/BISSEXUAIS/TRANS NAS NARRATIVAS DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ATENÇÃO BÁSICA NA CIDADE DO RECIFE, PERNAMBUCO

Celestino José Mendes Galvão Neto

Isabelle Tavares Amorim

Juliana Leite Silva Ramos

Doi: 10.48209/978-65-5417-211-2

Introdução

A epidemia de AIDS foi inicialmente mal compreendida devido à falta de conhecimento sobre sua forma de infecção e à alta incidência entre grupos de homossexuais, resultando em termos pejorativos como “peste gay” e “câncer rosa.” Isso desencadeou preconceito e discriminação, gerando um falso senso de invulnerabilidade na população em geral, que acreditava erroneamente que a doença afetava exclusivamente os homossexuais. A AIDS se destacou como uma epidemia de grande impacto global, não apenas devido às estatísticas alarmantes, mas também por sua dimensão política e cultural, sendo considerada

a primeira “doença da mídia” devido à ampla cobertura na mídia de massa. Apesar da persistente associação entre AIDS e homossexualidade, estudos recentes indicam que a população LGBT praticou medidas de prevenção mais consistentes, levando a uma estabilização dos casos em comparação com os heterossexuais. Nos primeiros anos dos anos 2000, a comunidade LGBT liderou esforços pioneiros na criação de organizações e estratégias para prevenir a epidemia, resultando em uma redução dos casos de AIDS entre eles, embora tenha havido um aumento nos casos heterossexuais (TERTO JR, 2002; BARBOSA JR, et. Al, 2009; ANTUNES, 2005) Parker (1997) acredita que uma abordagem eficaz para reduzir a vulnerabilidade é enfatizar o acesso a serviços de saúde que sejam adequados e não discriminatórios. Isso requer desmistificar a relação entre homossexualidade e AIDS, combatendo estigmas e discriminação. Além disso, é essencial desenvolver atividades direcionadas para alcançar os homens gays em diversos locais onde as subculturas homossexuais se desenvolvem. A criação de serviços e atividades inclusivas é fundamental para atrair os homens gays e bissexuais para redes de apoio.

Uma pesquisa realizada por Lima et al. (2008) constatou que 65,7% dos LGBTs entrevistados buscaram serviços de saúde. A maioria deles procurou serviços privados, enquanto apenas 8,7% recorreram a serviços públicos. Além disso, 28,6% relataram ter buscado outras alternativas, e 17% afirmaram não ter buscado assistência de saúde. No que diz respeito à testagem, a situação econômica continua a ser um obstáculo ao acesso à informação. Embora os serviços públicos especializados tenham sido os mais procurados para fazer a testagem, os serviços públicos não especializados, como a atenção básica, foram menos frequentemente utilizados. Esses achados coincidem com pesquisas de Bringnol (2013) e Galvão Neto (2016).

Na mesma pesquisa, Lima et al. (2008) destacaram que os serviços privados foram mais procurados pelos homens que apresentavam sintomas de DST.

Isso sugere que a qualidade (ou falta de qualidade) dos serviços pode influenciar diretamente a satisfação dos usuários e funcionar como uma barreira ao acesso à assistência. Além disso, a falta de procura pelos serviços de atenção básica pode ser atribuída à culpa e à vergonha associadas à infecção pelo HIV, que ainda persistem nos serviços de saúde, conforme observado por Parker (1991) e Terto Jr. (2002).

Considerando o acesso aos serviços de saúde para essa população, que deve estar em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), como universalidade, integralidade e equidade, é fundamental reconhecer que questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero não devem ser os únicos marcadores sociais considerados. É importante compreender que vários marcadores sociais se interligam de maneiras complexas. Portanto, os indivíduos podem ser caracterizados não apenas como “gay” ou “homossexual”, mas também como “negros”, “ricos” ou “jovens”. Nesse contexto, a perspectiva da interseccionalidade se torna essencial para entender como esses vários marcadores se entrelaçam em um único indivíduo, levando em consideração que as percepções de aceitação ou exclusão podem variar dependendo do contexto em que esses marcadores são considerados (MELLO et al., 2011; COSTA; ÁVILA, 2005; PISCITELLI, 2008). Nesse mesmo sentido, Parker e Camargo Jr. (2000) destacam a importância de estudar a interação entre os diversos marcadores sociais para compreender os padrões de contaminação pelo HIV, considerando que os HSH estão presentes em todas as sociedades e desempenham diversos papéis, enfrentando diferentes formas de opressão e desigualdade que os tornam mais vulneráveis à infecção pelo HIV.

Considerando os princípios fundamentais que orientam o SUS, espera-se que esses princípios, quando transformados em políticas públicas, desempenhem um papel crucial na abordagem das consequências discriminatórias

resultantes da homofobia e da heteronormatividade presentes nos serviços de saúde. Essas atitudes levam os profissionais de saúde a tratarem todos os usuários, sejam eles utilizadores de serviços públicos ou privados, como se fossem heterossexuais que se conformam às normas de gênero, resultando em situações graves de discriminação e preconceito. A menos que haja uma mudança substancial, persistirão barreiras simbólicas de natureza moral e estética que impedem que a população LGBT acesse serviços de saúde públicos de qualidade, livres de preconceito, discriminação e exclusão. Isso se torna particularmente relevante no que diz respeito às pessoas mais pobres e àquelas que não se encaixam nos padrões convencionais de gênero, como transexuais, travestis, mulheres que desafiam estereótipos de feminilidade e homens que não se conformam às expectativas de masculinidade (CALDERARO, FERNANDES, MELLO, 2008; MELLO ET AL., 2011; TAGLIAMENTO, 2012; BARBOSA, FACCHINI, 2009; LIONÇO, 2008).

Por essa razão, políticas públicas, programas e planos têm dado ênfase à sensibilização dos profissionais de saúde em suas diretrizes e ações. Essa ênfase visa promover um atendimento e acolhimento que não sejam discriminatórios nem enraizados na heteronormatividade, mas, sim, sensíveis à diversidade. O objetivo é assegurar que as necessidades específicas das populações, especialmente as LGBT, sejam efetivamente atendidas, reduzindo assim as possibilidades de que elas se encontrem em situações de vulnerabilidade (MELLO et al., 2011; CARDOSO, FERRO, 2012).

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e exploratório que integrou a pesquisa nacional “Análise do acesso e da qualidade da atenção integral à saúde da população LGBT no SUS” Tratou-se de uma pesquisa ava-

liativa com triangulação de métodos e três eixos de investigação envolvendo gestores municipais de saúde, profissionais de saúde atuantes na Atenção Básica de Saúde e usuários/as LGBT. A pesquisa teve abrangência nacional, com a participação das cinco macrorregiões, incluindo o Distrito Federal e 16 estados totalizando 28 sítios. Por se tratar de um estudo unicêntrico, nacional, coordenado pelo Núcleo de Saúde Pública da UnB, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (CEP/FS-UNB), aprovado sob parecer 652.643 em 07/05/2014.

O artigo aqui apresentado refere-se a um recorte da pesquisa realizada em Pernambuco e foca-se nos discursos dos profissionais da Atenção Básica de Saúde sobre suas experiências nos serviços de saúde. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com os/as profissionais.

A amostra foi intencional e contribuíram para a pesquisa profissionais de saúde lotados nas Unidades Básicas de Saúde sorteadas, dentro das Regiões Sanitárias da cidade de Recife, Pernambuco, Brasil. Participaram da pesquisa 60 profissionais de saúde (10 médicos, 10 dentistas, 10 enfermeiros e 30 agentes comunitários de saúde), com média de idade de 47 anos, com idades variando de 25 a 67 anos. O tempo médio de exercício na função na unidade de saúde foi de 12 anos. 30 deles afirmaram já ter exercido atividade em outra unidade. A respeito dos profissionais que possuem uma formação superior (Graduação) estão formados em média há 20 anos, 31 deles possuem especialização, dentre as áreas de especialização estão a Saúde Coletiva (9) e Saúde da Família (16).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de forma individual e duraram em média 60 minutos. As falas geradas nesta pesquisa são aqui consideradas produções dialógicas, cuja análise foi realizada a partir de técnicas empregadas na análise de práticas discursivas, em abordagem construcionista social. Essa abordagem concebe a linguagem como prática social, que incita a circulação de conteúdos, constrói sentidos e produz efeitos.

A fim de garantir o sigilo e a não identificação dos profissionais de saúde, optamos por codificar os enunciados. Utilizamos para os profissionais de saúde as iniciais de acordo com a função/profissão exercida na Unidade Básica de Saúde - MED (médicos), DEN (dentistas), ENF (enfermeiros) e ACS (agentes comunitários de saúde) – seguido da numeração referente a sua entrevista.

Resultados e Discussão

No tocante as entrevistas com os profissionais de saúde emergiram dois conjuntos de repertórios, um relacionada às DST e HIV/Aids e outro mais geral, considerando outros acometimentos aos quais a população de homens GBT estaria suscetível.

Condições de saúde: DST e HIV/Aids

Historicamente a epidemia de Aids se tornou um marcador na saúde de homens com práticas homoeróticas, pelo fato de os primeiros casos terem sido encontrados em pessoas desta população, tanto que a mesma por vezes foi chamada de “peste gay” (PARKER,2000). Esse fato gerou grande onda de preconceito e discriminação, mesmo nos dias de hoje as pessoas com práticas homoeróticas, principalmente homens, ainda sofrem com a associação entre Aids-homossexualidade e os estereótipos e estigmas decorrentes da mesma (TERTO JR.,2002). Por esse motivo, quando se aborda a saúde de homens GBT a primeira e imediata referência é identificar a Aids, como se esta fosse o único e/ou primordial problema de saúde destes, como se o status sorológico para o HIV fosse a única medida para avaliar a saúde desses homens (TULLER, 2001).

Tal atitude reducionista de pensar a respeito da saúde de homens gays e bissexuais, em especial, como reduzidos a HIV/Aids e DST pôde ser observado quando os profissionais em seus repertórios apontam questões relacionadas a busca por exames como algo relacionado a saúde desses homens como em “Pa-

cientes que querem fazer exames de rotina, fazer a testagem para HIV ” (ENF5) ou “Foram Mais direcionados a alguma queixa, aí geralmente se pede exames, eles gostam de fazer, principalmente voltados para DSTs ” (ENF1) e até “alguns homens que souberam vieram atrás de teste de HIV de DRL ” (ENF10). A explicação para a busca dessa população também está atrelada ao medo instaurado pela forma como foi divulgada e até veiculada a epidemia de Aids, e o fato de ser o uso de preservativo e a testagem as principais formas de confirmação de saúde. Assim como os homens GBT, nesse momento da análise focando mais no caso dos homens gays e bissexuais, já que a vivência da Epidemia de Aids é diferenciada no que diz respeito aos homens trans, já que estes por sua vez não foram alvo do estigma e da exclusão vivenciada pelos homens gays e bissexuais, os profissionais de saúde também estão impregnados por essas informações.

A redução dos números de novos casos de homens gays e bissexuais está no fato da grande taxa de testagem para o HIV, esses dados podem ser observados nos estudos de Antunes (2005) e Galvão Neto (2016), este último realizado na Região de Suape/PE, que constatou que a maioria dos participantes disse já ter feito o teste HIV pelo menos uma vez. Essa taxa alta de testagem para o HIV nessa população de homens gays e bissexuais, pode ser identificada também nas falas dos profissionais de saúde ao relatar essa busca pelo teste rápido nas unidades de saúde como sendo um reflexo das condições de saúde dessa população. Como podemos perceber nos trechos abaixo:

“O que eles procuram mais é a camisinha (rs). Tem um que eu fico morrendo de rir que ele vem tanto atrás de camisinha que eu digo assim: ‘estais batendo forte. A demanda maior hoje, eles estão sempre querendo fazer o exame de HIV. Direitinho’ (ACS14)

Outra questão levantada pelos profissionais de saúde foi a prevenção, algo que é constatado tanto nos estudos científicos realizados desde o início da epidemia (PARKER, 1991; ANTUNES, 2005; BRINGNOL, 2013; VIEIRA,

2006; GALVÃO NETO, 2016), como também nos Boletins Epidemiológicos do Ministério da Saúde (2015; 2016; 2017). E que podemos constatar nos seguintes enunciados:

“Demanda como outro qualquer. Uma coisa que eu acho muito louvável que a grande maioria deles vem atrás de preservativos. E a gente orienta pra isso. Eu oriento também muito. Quem ver cara não ver AIDS, Não ver DST. Não ver nada disso, Eu oriento muito” (DEN8)

“Demanda de saúde; como é que eu identifico; Eles vem procurando é vacina, coleta de sangue, prevenção, camisinha...sempre vem pedindo essas coisas” (ACS8)

Com o advento da Aids, a sexualidade sai do domínio privado e vai para a esfera pública, e com ela uma série de mudanças comportamentais e sociais acabaram por acontecer (PAIVA, 2008). Dessa forma, questões relacionadas às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) foram visibilizadas conjuntamente, ou seja, questões relacionadas a sexualidade ligadas a saúde passaram a ser centro, principalmente entre homens com práticas homoeróticas devido a noção de grupo de risco em voga naquele momento (PARKER, 1994). Apesar dos mais de 30 anos de convivência com a Epidemia de Aids, os estigmas e preconceitos originados do desconhecimento da nova doença ainda circulam com muita força na sociedade e não é diferente entre os profissionais de saúde, que continuam associando as condições de saúde de homens gays e bissexuais ao HIV/ids e as DST,s, reduzindo a saúde dessa população a um estigma. Esse tipo de pensamento e associação podemos perceber nos enunciados a seguir, mesmo que seja reconhecido que esses homens são os que mais se cuidam no que diz respeito a saúde.

“Pois é, não sei. A não ser que tenha relação com as DST, mas eu não sei afirmar se hoje essa é a realidade deles. Eu sei que quando o grupo populacional passou a ser um grupo considerado grupo de vulnerabilidade que necessitava de atenção especial de necessidade de saúde específica por conta da realidade, por causa da sexualidade deles, surge aquela história de DST e AIDS” (ENF4)

“Eles procuram mais... a gente aqui, na questão é...de preservativo. Eles procuram muito. É na questão de encaminhamentos para especialistas, e as vezes informação em relação a sexualidade, a doenças sexualmente transmissíveis” (ACS25)

E é desse contexto que emergem discursos que apontam pras DST como uma das principais condições de saúde de homens gays e bissexuais juntamente com HIV/Aids, como podemos observar nos trechos abaixo.

“Eu acho que o primeiro cuidado que esse pessoal precisa ter é com as DST’s. É o primeiro cuidado que precisa ter, não que as outras pessoas não precisem mas assim eu acho que você tem que bater muito em cima dessas doenças” (MED2)

“As DST ...porque muita gente que procura por causa disso... assim as que vem na unidade na maioria que vem as vezes mais por causa disso DST. Eles vem mais pra pegar camisinha né?” (ACS11)

“os homens quando geralmente procuram é orientação sobre DST é a liberação do preservativo que a gente é agora livre demanda não precisa passar pela gente passou na farmácia pediu leva” (ENF2)

Observa-se também uma certa culpabilização dos homens alegando o não uso do preservativo, algo que cientificamente está comprovado que esses homens estão entre os que mais fazem uso desse método de prevenção (GALVÃO NETO, 2016) é o caso observado nas falas: “Eu acho que as DST’s, por falta de prevenção mesmo, do uso do preservativo que a forma hoje que previne” (ENF9); “Eu acho que os agravos são as doenças sexualmente transmissíveis, por que muito não dão importância. Acham que a AIDS não existe, que o HPV não existe” (ACS22)

Os enunciados dos profissionais de saúde trazem consigo alguns dos mitos, estigmas e preconceitos oriundos dos primeiros anos da Epidemia. Mitos que pensamos estarem ultrapassados, mas que nos enganamos, pois estes estão mais enraizados no imaginário das pessoas do que se espera. Dessa forma, podemos observar que a associação homossexualidade e Aids ainda se faz presente, mesmo já tendo se passado 3 décadas de luta contra a Aids.

Percebemos, então certa naturalização, ao considerar que o HIV/Aids e as DST são inerentes a este grupo, como se outros grupos populacionais fossem, em alguma medida, invulneráveis ou mais protegidos contra essa enfermidade, como podemos ver na fala desta ACS “HIV está em alta. Assusta muito. Principalmente a esse público” (ACS22) ou nesses trechos abaixo.

“Geralmente a gente vê muita DST, as demandas gerais, esse foco muitos deles procuram muito para essa questão como se fosse uma coisa específica desse grupo, HIV, etc... muitas vezes ficamos sabendo que fulano é HIV positivo, fulano é ‘homo’, fazem muito essa associação que não é exclusivo” (MED7)

“HIV, TB, Sífilis. Muitas das vezes é aquele negócio, nós ofertamos, mas muitas vezes eles não gostam de ... (frase incompleta). O estigma deles então eles tem o receio de manter o tratamento” (ACS9)

Como disse anteriormente, está tão normalizada a associação entre os homens gays e bissexuais e a Aids que alguns profissionais, percebem o preconceito e mesmo assim nas suas condutas reiteram o mesmo, ao considerar que, mesmo sem investigação maior, o fato de serem da população LGBT, portanto, grupo de risco, que já assumem uma posição de pedir os exames para HIV e outras doenças oportunistas, fazem um atendimento todo voltado para a possibilidade de DST ou não uso do preservativo, desconsiderando a possibilidade de outras formas de adoecimento estarem instaladas naquele momento. Como vemos abaixo.

“então, de rotina eu já peço todos os exames seu com as doenças como a tuberculose, inclusive HIV e agora a gente vai pedir porque algumas vezes você não se protegeu ou “chupou picolé sem saquinho”, ai ele riu. Ele disse: já! A pois, ai a gente vai fazer outra coisa. Ai eu pego o manual de DST e nós vamos conversar... sem problema!” (ENF7)

Outro mito que se difundiu e foi muito utilizado na estigmatização dos homens com práticas homoeróticas foi a noção de promiscuidade, pois acreditava-se que a grande quantidade de parceiros sexuais fosse fundamental na infecção pelo vírus HIV. E atribuíram essa promiscuidade indiscriminadamente

aos homens com práticas homoeróticas, esse estigma persiste até os dias de hoje e está visível em alguns enunciados dos profissionais entrevistados.

“Eu acho precária, porque eles quando quer uma pessoa eles não param para pensar aí vai de todo jeito, aí que eles as vezes estão bêbados e acaba adquirindo alguma doença, eu acho que deveria se cuidar mais” (ACS6)

“Eu acho que é AIDS. Por que já virou um mito. que tá ligada (risos). A gente sabe que não é por aí. Eu acho que essa doença mesmo. Essas trocas de parceiros” (ACS22)

Percebe-se também a questão da multiparceria relacionada ao trabalho sexual, como um fator de risco para o HIV/Aids e as DST, principalmente no que diz respeito a transexuais, aos quais esse tipo de trabalho torna-se uma alternativa, principalmente pela não aceitação da família, quando da descoberta, ocasionando em muitos momentos a vivência da situação de rua. Mas retomando a questão da multiparceria, esse tipo de conteúdo emerge nos enunciados dos profissionais de saúde em vários momentos dentro desta tese, tal fato pode ser justificado, pela adoção do Ministério da Saúde (MS), nos primeiros anos da Epidemia de Aids, de uma campanha de prevenção ao HIV/Aids intitulada “DST: é preciso tratar, é preciso evitar”, que tinha como ponto forte a redução do número de parcerias sexuais, apontada como um dos fatores de risco. Essa ação do MS foi muito criticada por ativistas do Movimento de Aids, por julgá-la moralista.

No entanto, o MS não recuou sob a luz do argumento de que a redução de parceiros sexuais, bem como o uso do preservativo e o adiamento do início da vida sexual seriam cientificamente comprovados enquanto métodos eficientes para a redução da infecção por HIV (GALINDO, 2003). No cerne do que pretende essa estratégia de prevenção percebemos a responsabilização do sujeito pela sua prevenção, e em certa medida essa é a tônica de alguns discursos, aos quais, mesmo que não de forma direta, atribuem a culpa ou a exclusividade a certos grupos e em certas situações, como podemos ver na fala deste médico:

“A Condição de saúde, em geral tem algumas peculiaridades, algumas pessoas que faz parte desse grupo pode ter, não necessariamente, mas algumas que a gente tem conhecimento, que trabalha com a noite, coisas desse tipo, claro que não todos, por que o gay que vai trabalhar, mas alguns ficam vulneráveis a certos problemas, não por pertencer a esse grupo, mas por exercer essa atividade né, aí a gente vê que nesse grupo, eu acredito que o percentual que tem essa característica seja um pouco maior que a população em geral né? Não é nenhum preconceito, não pelo fato de ser gay ou lésbica, mas na parte transexual eu percebo que tem alguma relação, e isso então existem talvez, nesse caso, tenha uma vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis, nesse grupo específico, mas não por ser gay ou lésbica entende?” (MED7)

Em contrapartida, mesmo com repertórios embebidos de estigmas e preconceitos, em alguns trechos pode-se observar uma relativização da situação, entendendo a influência desses estigmas, mas percebendo os contextos diferenciados da população de homens GBT diante do HIV/Aids e das DST.

“Veja normalmente eu como dentista né eu não vejo muita diferencia em temos de saúde bucal agora o que a gente ouve falar que essa pessoas que são consideradas grupos de riscos é por doenças sexualmente transmissível pelo próprio HIV ela estão tendo mais cuidado por que receberam muita informação eu não sei se estou correta eu soube que diminuiu muito por que receberam maior informações então eles estão mais informados e se cuidando mais” (DEN6)

Existe aparentemente uma tentativa dos profissionais de saúde, em considerar que os agravos em saúde da população de homens GBT são equiparados aos da população geral. Porém, no desenrolar da construção da fala emergem repertórios que reiteram vários estigmas relacionados ao HIV/Aids e DST, culpabilização e/ou responsabilização pela infecção.

“HIV tem aumentado. Anos atrás a situação era bem mais estável. Drogas também e tal, fora isso são coisas normais. Diabetes, HIV, Hipertenso. Uma demanda meio que especifica deles, não pelo fato de serem LGBT, mas acomete” (MED10)

“Mas eu acho que são as DST. Os principais, mas sempre têm as outras coisas como uma pessoa qualquer que precisa, então na assistência como os outros” (ENF6)

Podemos observar também a partir dos enunciados que se seguirão, uma certa diferenciação entre homens e homens gays, como se ambos não estivessem na mesma categoria, que foi algo observado no primeiro eixo desta análise.

“Tá nivelado. Entendeu? Tem as doenças que pra mim... como eu falei: tá nivelado. Eu não vejo uma classificação exclusivamente só porque você é homossexual, tá com aquela doença. Do jeito que eu pego condiloma em mulheres, eu pego em homens, eu pego em homossexual, eu pego em quem são ‘heteros’ também” (ENF7)

“Na minha opinião não é muito importante não, porque a doença deles é a doença da população em geral, que são as DST, eles estão propensos a pegar as famílias de casa também. Então qualquer faixa etária, qualquer mulher, qualquer homem, qualquer homossexual são as mesmas coisas. Então não acho que tenha que ter uma política especificamente pra esse grupo não” (ACS28)

Condições de Saúde: outros acometimentos

Apesar de uma maior presença de falas dos profissionais considerando como um condição de saúde da população de homens GBT o HIV/Aids e as DST, tivemos também enunciados que apontavam pra outros tipos de acometimentos, de agravos em saúde. Portanto, nesse momento trataremos de discutir tais agravos.

Fugindo do estigma associado aos homens GBT, identificamos nos enunciados de alguns profissionais uma normalização das demandas e uma equiparação dessas condições de saúde com a população geral, considerando que não exista demanda específica e sim um quadro geral e igual. Considerando a busca pelos serviços de saúde, por parte desses homens, pelos mesmos motivos de qualquer outro usuário. Como podemos ver abaixo.

“As demandas elas são normais, eles procuram a unidade pra uma consulta normal, para um encaminhamento, aí a mim não vejo tanta demanda em relação à procura deste serviço não” (ACS24)

“A condição de saúde é igual a todo mundo. Porque você tem preferência sexual por mulher ou por homem, sendo homem ou mulher não impede de você ter hipertensão, não impede de você precisar fazer uma citologia, se for mulher uma mamografia, se for um homem e tiver na idade de fazer um exame de próstata, ou então, “tipo assim,” a situação é igual” (ENF7)

Nesse sentido, de pensar que não existe uma demanda específica dessa população, alguns profissionais chegam a pontuar algumas doenças, consideradas comuns para a população mundial, principalmente a doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Podemos observar nos seguintes recortes: “Acometem a esse público como acomete a qualquer outro, doenças crônicas, hipertensão, diabetes, as intercorrências médicas normais” (ENF5); “Depende da faixa etária né? Da faixa etária! Se for uma faixa etária maior você já vai encontrar é...é hipertensão ou diabetes né?” (MED3);

Alguns profissionais chegam a considerar que a população de homens GBT possuem condições de saúde melhores que do restante da população, principalmente por considerarem que estes se cuidam de forma melhor e mais efetiva, principalmente no que diz respeito a saúde sexual, que em certo modo é um resquício da grande influência da Epidemia de Aids no cuidado em saúde desses homens.

“Assim, pelo que a gente observa, o que eu vejo é que eles tem muita brecha, se a gente for comparar a população no “geralção” a população LGBT está melhor, porque a população no geralção está difícil viu” (ENF7)

“Para tirar uma amostragem e te dar uma resposta sobre a condição de saúde pra dizer ‘não a saúde deles é excelente’ a quantidade que vem é muito pouca” (MED9)

Dentre os agravos em saúde citados pelos profissionais tem-se o uso de drogas, atribuído principalmente pela situação de rua a que alguns homens GBT estão expostos, principalmente por motivos de conflitos familiares resultantes da sua sexualidade (identidade de gênero e/ou orientação sexual). Atribuem também ao trabalho sexual, que pode ser uma resultante também da situação de rua, bem como a susceptibilidade destes a DST. Elucidadas nas falas: “Geralmente é a questão da hipertensão, a questão de DST’s e a questão de drogas. Muita droga, assim, eles se envolvem com a questão das drogas e aí... Eles se perdem bastante” (ACS12); “As principais são Dst e paciente que é usuário de

drogas querendo ir pros Caps pra ver se tem como conseguir fazer tratamento pra desintoxicação” (MED8)

Ser homem gay, bissexual ou transexual per si, já é uma vivência “marginal” e excludente, rodeada por diversos estigmas, preconceitos e discriminação. Como já foi incansavelmente debatido no meio científico somados aos estigmas relacionados a identidade de gênero e orientação sexual tem-se o estigma da Aids (UNAIDS, 2015; BASTOS, 2013, PARKER, 2013, PARKER; AGGLETON, 2001). Tal associação, gerou na teia social a formação de vários mitos que se perpetuam mesmo depois de decorridas três décadas e de tantos avanços teórico-práticos e tecnológicos de atuação profissional e tratamento medicamentoso. Consubstanciado a toda essa estigmatização, o que foi observado, baseado nos recortes de fala dos profissionais de saúde, foi um reducionismo à saúde desses homens como restrita ao HIV/Aids e IST, ou seja, reduzindo-os ao estigma, naturalizando o vírus na população de homens gays/bi/trans.

Identificou-se também, a existência dos mitos da Aids, quando estes profissionais justificavam o porquê de considerar o HIV e as IST, tal como a promiscuidade relacionada com as multiparceria, uma das justificativas no início da epidemia para inclusão dos homens com práticas homoeróticas e a grande incidência de novos casos dentro deste grupo, chegando esses profissionais a considerar que a culpa seria das práticas sexuais dessa população (GALNDO, 2003). Portanto, o estigma e preconceito, identificado nos profissionais os leva a uma responsabilização do sujeito pela sua prevenção/saúde retornando a uma noção de grupos de risco.

Existiu entre as falas dos profissionais, os que consideraram que a saúde desta população estaria melhor do que da população geral, por considerar que aqueles se cuidam bem mais que estes. Outros consideraram que os problemas de saúde de ambas as populações geral e de homens GBT, são os mesmos, citando doenças comuns como hipertensão, diabetes, entre outras. Todavia, mes-

mo nas falas destes, não se percebeu nenhuma menção ou referência a especificidades nas condições/necessidades de saúde entres os grupos de homens gays, bissexuais e transexuais, principalmente no que se refere aos homens trans. Isto pode se dever ao grande destaque que leva a população de homens gays quando se refere ao movimento LGBT, por parte das pessoas da população geral e do engajamento deste movimento social na luta contra a Aids. E pela invisibilidade que colocou um véu sobre a existência dessa população de homens trans, que somente nos últimos anos vem se fortalecendo.

Conclusão

A associação entre a saúde da população LGBT e a epidemia de Aids tem raízes em fatores históricos, sociais e culturais. Isso ocorre devido à história da epidemia de Aids, que afetou inicialmente a comunidade LGBT, contribuindo para a estigmatização e preconceito em relação à saúde dessa população. Além disso, a estigmatização persistente, a falta de informação, a existência de vulnerabilidades específicas, como questões de saúde mental e violência de gênero, e a falta de sensibilização dos profissionais de saúde contribuem para essa associação equivocada. Para superá-la, é essencial promover a sensibilização e a capacitação dos profissionais de saúde para atender às necessidades específicas da população LGBT, reconhecendo suas disparidades de saúde e oferecendo cuidados sensíveis à diversidade.

Em resumo, a associação entre a saúde da população LGBT e a epidemia de Aids frequentemente ocorre devido a uma combinação de história, estigmatização, falta de informação, vulnerabilidades específicas e falta de sensibilização. Superar essa associação equivocada requer uma abordagem holística que valorize a diversidade e promova a igualdade no sistema de saúde, enquanto reconhece as necessidades de saúde específicas da população LGBT.

Referências

ANTUNES, M. C. **Territórios de Vulnerabilidade ao HIV: Homossexualidades masculinas em São Paulo**. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

BARBOSA JR, A. et al. Tendências da epidemia de AIDS entre subgrupos sob maior risco no Brasil, 1980-2004. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 25(4) abri., 2009.

BARBOSA, R. M.; FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n. 25 v. 5, p. S291-S300, 2009.

BASTOS, F. I.; MONTEIRO, S.; VILLELA, W (org) Da persistência das metáforas: estigma & discriminação em HIV/Aids.. **Estigma e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 91-103, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim epidemiológico AIDS-DST**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRIGNOL, S. M. S. **Estudo epidemiológico da infecção por HIV entre homens que fazem sexo com homens no Município de Salvador/BA**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CALDERARO, F; FERNANDES, B. E MELLO, L. Cidadania TTLBG e o direito à saúde no Brasil. In: ROCHA, Dais *et al.* (orgs.). **Diversidade e equidade no SUS**: parceria universidade e educação popular. Goiânia: Cênese, p. 57-68, 2008.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Rev. Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 32 v. 3. Paraná, 2012.

COSTA, C. de L.; ÁVILA, E. Glória Anzaldúa, a consciência mestiça e o feminismo da diferença. **Estudos Feministas**. Set.-dez. 2005. n. 13 (3), p. 691-703, 2005.

GALVÃO NETO, C.; MEDRADO, B. Sexo entre homens em Suape: informações sobre práticas sexuais, prevenção e acesso à saúde. In: RIOS, LF.; VIEIRA, L.; QUEIROZ, TN. (Org.). **Gays, lésbicas e travestis em foco: diálogos sobre sociabilidade e acesso à educação e saúde**. Recife: Editora UFPE, 2016.

LIMA, F. S. S. et al. Homens que fazem sexo com homens: uso dos serviços de saúde para prevenção/control de HIV/Aids em Brasília-DF. **Ciências Saúde**. 19(1), p. 25-34, 2008.

LIONÇO, T. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v.17, n. 2, p. 11-21, 2008.

MELLO, L. et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. **Sexualidad, Salud y Sexualidad** – Revista Latinoamericana, n. 9, p. 7-28, 2011.

PAIVA, V. A psicologia redescobrirá a sexualidade?. **Psicologia em Estudo** (Impresso), v. 13, p. 641-451, 2008.

PARKER, R.; MONTEIRO. S.; VILLELA, W (Org.). Interseções entre estigma, preconceito e discriminação na saúde pública mundial. **Estigma e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 25-46. 2013.

PARKER, R. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller, 1991.

PARKER, R. Empoderamento erótico e cidadania sexual para homens que fazem sexo com homens e tribos afins. In: RIOS, L. F. et al. (Org.) **Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: ABIA, p. 11-13, 2004.

PARKER, R. G. **Na contramão da Aids: Sexualidade, intervenção e política**. São Paulo. Editora 34, 2000.

PARKER, R. G. Reflexões sobre a sexualidade na sociedade Latino-Americana: Implicações para intervenções em face do HIV/Aids. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro 7(1), p. 99-108, 1997.

PARKER, R.; CAMARGO J. R. de, K. R. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos Poverty and HIV/AIDS: anthropological and sociological aspects. **Cad. Saúde Pública**, 16(Sup 1), p. 89-102, 2000.

PARKER, R.; AGGLETON, P. HIV and AIDS-related stigma and discrimination: a conceptual framework and implications for action. **Social science & medicine**, 57(1), p. 13-24, 2001.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. Jul./dez. v. 11, n. 2, p. 263-74, 2008.

TAGLIAMENTO, G. **(In)Visibilidades caleidoscópicas**: a perspectiva das mulheres trans sobre o seu acesso à saúde integral. 164 f. 2012. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

TERTO J. R. V. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/Aids. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 8, n. 17, p.147-158, 2002.

VIEIRA, N. A. **Entendendo que entende**: comportamentos, atitudes e práticas de risco e de prevenção para aids entre homens que fazem sexo com homens. Dissertação (Mestrado)- Pós-Graduação em Saúde Pública – Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães, Recife, 2006.

CAPÍTULO 3

PÚBLICO LGBTQIA+: PERCEPÇÕES SOBRE O ENVELHECER NO AMBIENTE DIGITAL

Fábio Araújo Cavalcante

Leconte de Lisle Coelho Junior

Doi: 10.48209/978-65-5417-211-3

Introdução

No atual cenário, a velhice tem sido um instrumento de pesquisa e de estudo recorrente, sobretudo no campo psicológico. É perceptível o avanço do envelhecimento populacional no mundo. “Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), o total de pessoas com 65 anos ou mais no país (22.169.101) chegou a 10,9% da população”. [...] A estimativa aponta para um número de idosos “maior que o de crianças com até 14 anos, em 2030”. (Dardengo; Mafra, 2018). Afirmam ainda que:

“(...) definir a velhice, a princípio, parece simples. Porém, verifica-se que este tema é complexo, necessitando de aprofundamento em sua análise, que envolve várias dimensões da vida, quais sejam: biológica, psicológica, sociológica, econômica, cultural, dentre outras”.

Rebellato, Gomes e Crenitte (2021) destacam que natureza do processo de envelhecimento é dinâmica e heterogênea. Ela sofre influência de fatores contextuais – modificáveis e não modificáveis – como idade, gênero, raça, ní-

vel social, experiências da vida, acesso a produtos e tecnologias, ambiente físico, social e cultural, rede de apoio e relacionamentos, atitudes de familiares, amigos e comunidade, serviços, sistemas e políticas públicas, dentre outros.

Por se tratar de um processo complexo e multifatorial, requer observações minuciosas, uma vez que esta abarca assuntos que não só estão ligados ao processo de envelhecimento em si, mas também ao modo como esse processo acontece. Erick Erikson, contribui com a teoria do desenvolvimento, afirmando que as pessoas idosas pertencem ao último estágio do ciclo de vida, (60 anos até a morte), conhecido como Integridade versus Desespero. A integridade ocorre quando há aceitação da própria vida, como algo que tinha que ser e não permitia alternativas. O desespero ocorre quando há busca pela integridade fracassa trazendo a sensação de que o tempo é curto para experimentar novos caminhos a fim de alcançar a integridade.

Em todos os aspectos da vida, a pessoa idosa, passa a fazer uma reflexão sobre suas conquistas e realizações, assim como seus fracassos, nesse último, o que o levaria a pensar em não desejar mais a oportunidade de realização. Um exemplo disso, seria sua própria sexualidade. Para o teórico, a vida desde o nascimento até a morte, é constituída de oito fases, sendo essas, que perpassam por períodos transitórios e que diante de crises existenciais, leva o sujeito a tomar decisões de cunhos psicológicos e sociais. Segundo Mucida (2006), suportar a velhice é na verdade suportar que as coisas não se escrevem mais como antes e que a morte faz parte da realidade de todos.

Irigaray (2008) destaca que essa transição tende a evoluir a visão sobre o envelhecimento, e que é possível continuar desenvolvendo-se em todos os aspectos, sejam sociais, culturais ou cognitivos. Na visão psicanalítica, o sujeito é inerentemente associado ao inconsciente e esse não envelhece. O que acontece, segundo Mucida (2006), é o processo de envelhecimento e a visão que a pessoa idosa tem de si mesma. Na verdade, o sujeito vê sua velhice pelo olhar do Outro, ou pela imagem que o Outro faz dele, assim “velho” é sempre o outro.

Desse modo, podemos pensar o idoso como uma pessoa que permanece apta a se manter inserido no contexto social, sendo ele, detentor de um senso crítico, uma voz a ser ouvida e uma peça importante nesse contexto. As crenças limitantes por si só causam grandes transtornos em qualquer contexto da vida humana. E o que dizer então das concepções no que tange à sexualidade desse sujeito que envelhece?

Com o desenvolvimento da comunicação digital, é comum nos dias atuais encontrarmos publicações em redes sociais, mídias digitais, campanhas comerciais, dentre outros meios de comunicação de massa – abertos ao pensamento da liberdade da sexualidade – depoimentos e relatos de pessoas que saíram do contexto heteronormativo, após determinada etapa da vida. Pessoas essas com famílias constituídas, muitas delas já aposentadas, e outras ainda em plena atividade, mas que já caminham para senilidade, rumo à liberdade de exercer, mesmo no processo de finitude, a tão sonhada sexualidade, que por sua vez, permanece sendo fucral a vida do ser humano. Pois o indivíduo que vive a sexualidade apresenta-se feliz e saudável, mesmo com uma idade avançada (Calumby; Barbosa, 2021).

O aplicativo do Instagram, por exemplo, foi lançado em outubro de 2010, originalmente desenvolvido pelo engenheiro de programação Kevin Systrom. Inicialmente disponível apenas para o sistema operacional do smartphone da Apple iPhone Operating System(iOS), mas após ser comprado pelo Facebook, em 2012, ganhou imensa popularidade e foi disponibilizado para outras plataformas móveis, como Android e Windows Phone (Piza, 2012).

Após ser adquirido pelo Facebook, o Instagram passou a incorporar funções de outros aplicativos, buscando aumentar a retenção do público e evitar que os seus usuários fossem em busca de outros aplicativos. Com a rapidez e o dinamismo da divulgação de informações, fotos, vídeos e publicação de posts com temas centrais, o número de pessoas que utilizam, interagem e trabalham na rede aumentaram consideravelmente, sendo a terceira maior rede social do Brasil.

Araújo e Carlos (2020) acreditam que, apesar da sexualidade não estar relacionada com a idade, estudos apontam que o envelhecimento favorece uma vivência sexual mais satisfatória, permitindo que a identidade dos cônjuges seja reafirmada, pois acabam oferecendo aos seus companheiros algo que o agrada e o satisfaz, não preocupando-se mais com um bom desempenho físico e virilidade, e sim, com a satisfação e o prazer do casal.

Ainda bebendo da fonte de Araújo e Carlos (2020), os mitos que permeiam a sociedade em relação à sexualidade na terceira idade coloca os idosos como alguém que não tem mais o direito de vivenciar esta sexualidade, como se o idoso perdesse o interesse pela vida e somente os jovens pudessem desfrutar dela, uma visão um tanto que preconceituosa e excludente, invisibilizando essas pessoas de uma sociedade sexualmente ativa.

E se assim ocorre pelo fato de se tratar de uma pessoa “mais velha”, em um padrão heteronormativo, o que pensar sobre o idoso LGBTQIAP+, enquanto ser social, de como ele é visto e como ele se percebe no processo de envelhecimento e de sua sexualidade, já que muitos optam por vivenciá-la “tardamente”?

Conforme discorrem Rebellato, Gomes e Crenitte (2021) “falar da desigualdade imposta às velhices LGBTQIAP+ é se deparar com a desigualdade e as vulnerabilidades sociais numa sociedade com discurso simplista de que ‘somos todos iguais’. Onde na verdade, não somos!”.

De acordo com Crenitte, Miguel e Jacob Filho (2018):

O processo de envelhecimento tende a ser um desafio na sociedade, principalmente por seu caráter social e pela desvalorização dessa fase da vida. Essa situação pode ocorrer por meio de jargões que reforçam os mitos e estereótipos negativos que cercam a velhice, levando o indivíduo a não reconhecer o seu lugar de pertencimento na sociedade durante essa importante etapa da vida. Essa sensação pode ser ainda maior para as pessoas LGBTQIAP+, considerando que para esse segmento, o corpo tem uma dimensão social e simbólica forte e mutável, como por exemplo, homens gays são cobrados socialmente para terem um corpo “musculoso” e “masculino”.

Para os gerontólogos, “a homofobia internalizada, assim como a violência estrutural de caráter LGBTQIAP+fóbico, são aspectos que favorecem a invisibilidade das velhices LGBTQIAP+ e o isolamento social dessas pessoas” (Crenitte; Miguel; Jacob Filho, 2018, p.4). Uma vez que esses indivíduos não vivenciam todas as experiências sexuais de uma pessoa heteronormativa, sendo privado de muitas vivências, devido ao preconceito e/ou restrições familiares e sociais. Sendo assim, para eles, já invisibilizados pela sociedade em toda sua trajetória de vida, tornam-se ainda mais segregados em sua velhice.

Nesse sentido, o presente trabalho emerge da necessidade de uma análise quanto ao envelhecer, no âmbito LGBTQIAP+; analisando como a heteronormatividade influencia nas relações sociais desse público. Baseando-se no questionamento: Por onde andam os idosos LGBTQIAP+? É a problemática que se norteia essa pesquisa e tem como objetivo conhecer melhor esse processo dentro de um contexto psicossocial, a fim de enxergar essa realidade de perto, desde a história de vida até à fase sênior dessa população, formulando uma compreensão clara a partir da análise dos dados coletados.

Método

Com base no entendimento do autor, a pesquisa documental foi o primeiro passo para a elaboração deste trabalho. Para a análise de dados foi realizado o método de análise de conteúdo, defendida por Bardin (2011) e que se estrutura em três fases: 1) pré análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação. A validade dos achados da pesquisa é resultante de uma coerência interna e sistemática entre essas fases, cujo rigor na organização da investigação inibe ambiguidades e se constitui como uma premissa fundante.

Abordando como funciona as três etapas da análise de conteúdo, vamos detalhar cada uma delas. A primeira etapa é a pré análise, em que o pesquisador

começa a organizar todo o material útil para a pesquisa. Na sequência, temos a exploração do material, em que se realiza a categorização ou codificação no estudo. Nesta fase, a descrição analítica vem enaltecer o estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos (Mozzato; Grzybovski, 2011). Já a terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. É o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica sobre os documentos analisados. É a “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (Bardin, 2010, p. 41).

Considerando as diferentes fases da análise de conteúdo proposta por Bardin (2010), destacam-se as dimensões da codificação que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências no estudo. Aqui, sobre a pesquisa que foi desenvolvida “Público LGBTQIA+: percepções sobre o envelhecer e as contradições da invisibilidade heteronormativa” para ilustrar o uso da técnica Análise de Conteúdo em pesquisas científicas, nesse caso, através da rede social Instagram.

Tipo de pesquisa

O estudo estará engajado ao tipo de pesquisa qualitativa e documental, que segundo Minayo (1994, 2000) diz responder a questões particulares, que enfoca um nível de realidade que não pode ser quantificado e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. A pesquisa é definida como um procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas que são propostos (Gil, 2007). Neste caso, de se estudar os fatos que abrangem as subjetividades do ser humano e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em sociedade.

Minayo (2010) afirma que a pesquisa qualitativa remete ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde

a um aprofundamento das relações, dos processos e dos fenômenos presentes no contexto da sociedade, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A autora ainda explana que tal pesquisa proporciona a construção e/ou revisão de novas abordagens, conceitos e categorias referente ao fenômeno estudado de uma sociedade, tendo-se respeito pela diversidade existente.

Nessa premissa, os resultados obtidos em uma abordagem qualitativa permitem compreender com maior descrição e profundidade a complexidade e os detalhes das informações obtidas em uma sociedade por meio das representações em que os indivíduos se colocam em cada relação com o meio.

Instrumentos

O instrumento utilizado para a coleta de dados e informações da pesquisa será a rede social *Instagram*, que conta com mais de 2 bilhões de usuários ativos no mundo, sendo o Brasil o segundo país com maior número de usuários na rede.

O Instagram é uma rede digital de compartilhamento de imagens e vídeos que permite aos usuários tirar fotos, gravar vídeos, fazer transmissões ao vivo, aplicar filtros digitais e compartilhá-los na plataforma e/ou em outras redes digitais, como Twitter, Facebook, Tumblr etc. O que torna a rede social com uma ampla possibilidade de interação entre todos os usuários, independentemente de sua localidade, classe social, nível de escolarização, cultura e estilo de vida. Assim, quando um usuário segue um determinado usuário, passa a receber todos os seus posts em uma página chamada ‘*Homepage*’, e lá todas as suas publicações serão exibidas no ‘*feed*’ de acordo com o algoritmo. Com essa funcionalidade o Instagram oferece a possibilidade de o usuário interagir com outras pessoas, curtindo, comentando ou compartilhando seus posts. Levando em conta que se trata de um amplo espaço cujos documentos e registros estão sob domínio público, não foi necessário tratativas burocráticas via comitê de ética.

Procedimentos de coleta de dados

Para a primeira análise do procedimento de coleta de dados, foram analisados 5 perfis presentes na rede social, que abordam a temática “sexualidade na terceira idade”, a fim de identificar os conteúdos abordados em suas publicações; se haviam conteúdos voltados para o público LGBTQIA+ e se haviam interações dos usuários nessas publicações.

Nesse sentido, utilizamos a rede social Instagram para identificar perfis que debatessem o tema central do nosso trabalho, a sexualidade na terceira idade, a fim de aplicar o método de análise de conteúdo, através de publicações presentes na rede social e as interações dos usuários nessas publicações. A fim de investigar as percepções do público LGBTQIA+ sobre o envelhecer.

Ao todo foram 76 publicações, sendo apenas 5 delas voltadas para o público LGBTQIA+, abordando questões como: desejo; homossexualidade na terceira idade; a solidão LGBTQIA+ na terceira idade; ONG's apoiadoras da mudança sobre a visão da terceira idade; dia do orgulho LGBTQIA+. Apesar das amplas temáticas abordadas, do amplo debate e exposição das questões sociais, não houve quase nenhuma interação por parte dos usuários. Para ilustração e classificação dos perfis, elaboramos uma tabela com as informações:

Tabela 1: Número de perfis e publicações encontradas

PERFIL	NÚMERO DE PUBLICAÇÕES	PUBLICAÇÕES LGBTQIA+
@viverbemelhoridade	3	0
@sexualidade_3id	24	2
@sexinoldage.psico	33	3
@sexualidade3idadeuepb	7	0
@sexualidade_3	9	0

Fonte: elaborada pelos autores, 2023.

As publicações relevam a necessidade de debater as questões da sexualidade na terceira idade, que ainda são vistas como tabus, por uma visão preconceituosa e até mesmo debochada, onde nos deparamos com dizeres como “a pipa no vovô não sobe mais”, associando a vida sexual de um homem na terceira idade inexistente. Mas a vida sexual existe sim e a necessidade de desconstruir essa representação social criada e imposta para esse público se faz necessária, especialmente no campo da psicologia, onde exploramos o comportamento e as questões que perpassam a vida do ser humano.

É evidente que os idosos têm, em geral, diferentes questões em relação a sua vida sexual, uma vez que a sociedade impõe um certo constrangimento e vergonha para eles, quanto abordam tal questão ou se mostram ativos na prática. Por isso, é preciso ressignificar os papéis sociais desses idosos, ampliando não só a sua visão, como também de toda a sociedade sobre a sexualidade. É fundamental evidenciar que os desejos não devem se atribuídos a uma determinada fase da vida de, pois eles seguem pulsantes até o momento de nossa morte. Como é retratado nas publicações sobre o público LGBTQIA+ na terceira idade, as dificuldades enfrentadas por eles no envelhecimento e em vivenciar (ou não) a sexualidade nessa fase da vida.

Após a análise dos cinco perfis e as publicações que se adequava a temática do nosso trabalho, observamos que o item de interação dos usuários não seria possível, pois não havia comentários nas publicações, e o que havia, não gerava nenhuma discussão sobre o tema. Dessa forma, resolvemos pesquisar a *#sexualidadelgbtvelhice* e, após muitas pesquisas, encontramos duas publicações que se adequam a temática do envelhecer LGBTQIA+ e sua sexualidade, com alta participação dos usuários nos comentários.

Posterior a busca no Instagram pela hashtag, foram analisados o total de 30 posts, no qual três apresentavam imagens com a temática sexualidade LGB-

TQIA+ na terceira idade, sendo dois deles com participação de usuários nos comentários, os quais foram apresentados acima. Ambos os perfis se enquadram na área da saúde. Foi utilizada a técnica de análise do conteúdo (Bardin, 2011) para codificação e interpretação dos resultados a partir da análise dos comentários dos usuários sobre a temática das publicações.

Procedimentos de análise de dados

A publicação conta com 1.007 curtidas e 34 comentários. Na legenda, utiliza uma fala de um médico: “É possível praticar sexo (inclusive anal) por toda a vida sim! A velhice não extingue a sexualidade. O desejo. O afeto. Mas sexo também vai muito além de penetração. Porém o corpo se modifica. Vamos falar sobre isso? Convidei a ilustre, médica proctologista para falar sobre as principais transformações que nossa região anorretal passa com o envelhecimento. Cuide da saúde do seu intestino, do seu reto e vivencie sua sexualidade da maneira mais saudável possível. Nosso amor não cabe em rótulos ou idades”. A partir disto, se deu a pesquisa em si.

Aspectos éticos

De acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, considerar-se-ão as determinações éticas da pesquisa envolvendo seres humanos, o respeito aos participantes em relação ao seu direito de contribuir ou não com a pesquisa, sua dignidade e autonomia, a garantia da privacidade e sigilo das informações coletadas. Nesse sentido, os nomes dos usuários que comentaram as publicações serão mantidos em sigilo, sendo nomeados como “usuário 1”, “usuário 2”, “usuário 3” e assim sucessivamente.

Resultados e discussão

Nesta seção iremos apresentar os resultados e as análises dos posts relacionados a percepções do público LGBTQIA+ sobre o envelhecer, com base nas publicações escolhidas. Com os resultados dos 30 posts analisados (100%), 18 eram comemorativos (60%), 7 somente informativos (30%) e 5 foram informativos e argumentativos (10%). Com base nesses resultados iniciais, percebe-se a necessidade de produção de conteúdo nessa temática, que atraia o público para argumentar e colaborar com as exemplificações sobre o envelhecer sexual LGBTQIA+.

A primeira publicação, feita no dia 12 de junho de 2022, foi derivada de uma matéria publicada no jornal “O Globo”, de um médico que concede uma entrevista sobre a dupla invisibilidade sofrida pelo público LGBTQIA+ acima dos 50 anos, sofrendo não apenas a homofobia e o etarismo, como também a solidão e tendo menos acesso à saúde.

Figura 1: Dupla invisibilidade.



Fonte: Print do Instagram, 2023.

A publicação conta com 1.066 curtidas e 168 comentários. Na legenda, utiliza um trecho da sua fala na entrevista para o jornal: “Para além da LGB-Tfobia, essa discriminação com base na idade – especialmente para um grupo cuja representativa é constantemente associada à juventude –, leva esses idosos a enfrentarem realidades de isolamento, dupla invisibilidade e até mesmo um menor acesso aos serviços de saúde”.

A segunda publicação, foi feita no dia 13 de outubro de 2023, em parceria com uma médica proctologista, sobre as transformações que o corpo passa com o envelhecimento e como isso afeta a prática do sexo, principalmente o sexo anal. O objetivo central da publicação é auxiliar o público LGBTQIA+ da terceira idade a entender que a velhice não extingue a sexualidade e que o sexo pode ser realizado com afeto, cuidado e atenção as novas mudanças e necessidades do corpo.

Figura 2: Sexo na vida das pessoas 50+.

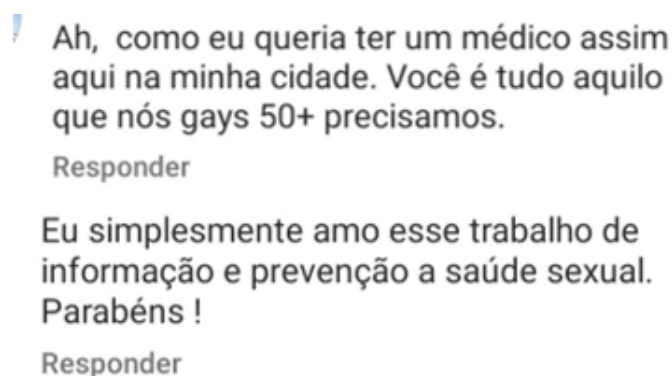


Fonte: Print do Instagram, 2023.

Com base nas duas publicações encontradas com comentários e interação dos usuários – na qual nomearemos de publicação 1 e publicação 2 – é possível inferir que a interação dos usuários acontece por meio da identificação com

o assunto, da relevância do tema, da imersão na sua própria sexualidade e do agradecimento por explicar o assunto. Os comentários são feitos por homens e mulheres, hetero e homossexuais. Assim, nestes casos específicos, o processo de socialização no Instagram é baseado em interesses interpessoais. Veja-se os comentários escolhidos para a análise de conteúdo dos comentários dos usuários nas publicações.

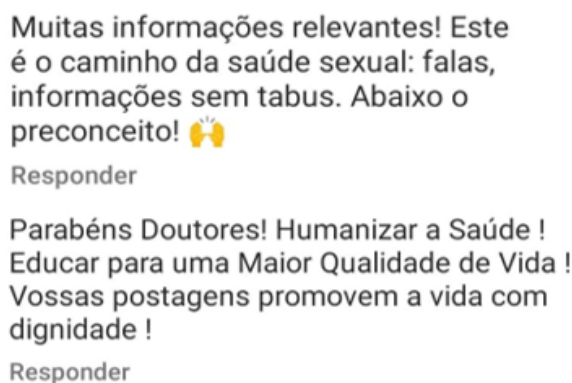
Figura 3: Comentários da publicação 1 – velhice não extingue a sexualidade



Fonte: Perfil do Instagram @doutormaravilha, 2023.

O usuário 1 demonstra que falta um olhar mais atento e cuidadoso com os homens gays acima de 50 anos, demonstrando sentir acolhimento através da publicação. Já o usuário 2, parabeniza a publicação e o trabalho informativo do post, mostrando a relevância do conteúdo para a prevenção e cuidado na saúde sexual do público LGBTQIA+, neste caso, dos homens gays.

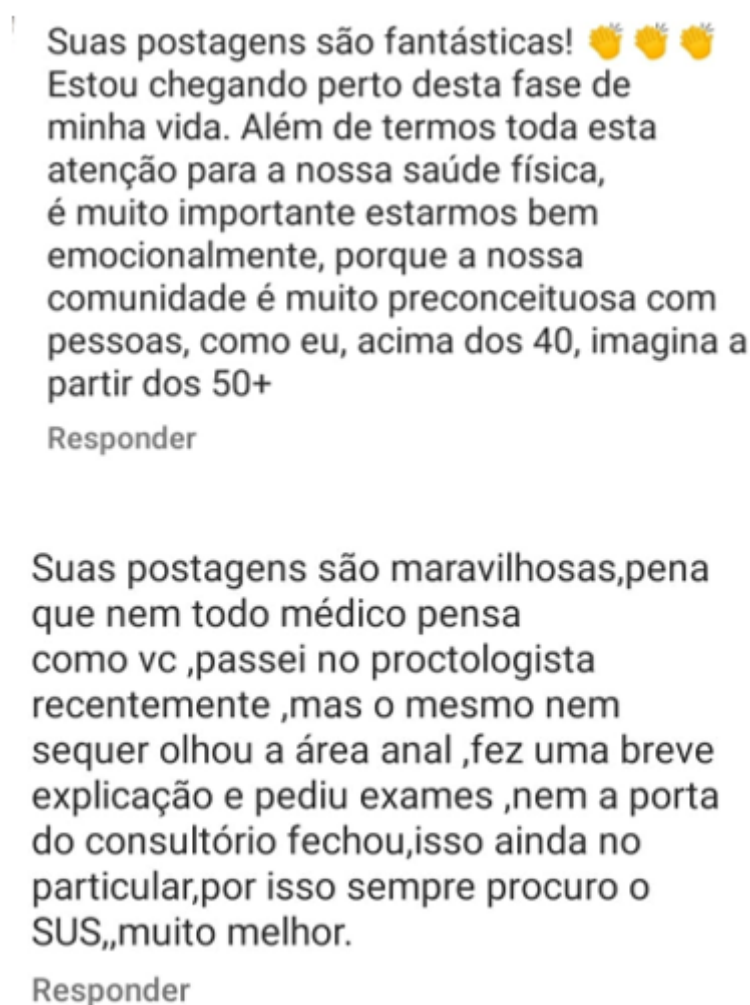
Figura 4 – Comentários da publicação 1 – velhice não extingue a sexualidade



Fonte: Perfil do Instagram @doutormaravilha, 2023.

Como se pode observar, o usuário 3 ressalta a relevância da publicação e como é importante para quebrar o tabu sobre a sexualidade na terceira idade dos homens gays. Que informações como as da publicação ajudam não apenas a informar o público sobre as mudanças e o cuidado que a nova idade exige, como também auxilia na diminuição do preconceito. Já o usuário 4, parabeniza os idealizadores da publicação, ressaltando que a postagem promove uma maior qualidade de vida para o seu público-alvo.

Figura 5 – Comentários da publicação 1 – velhice não extingue a sexualidade

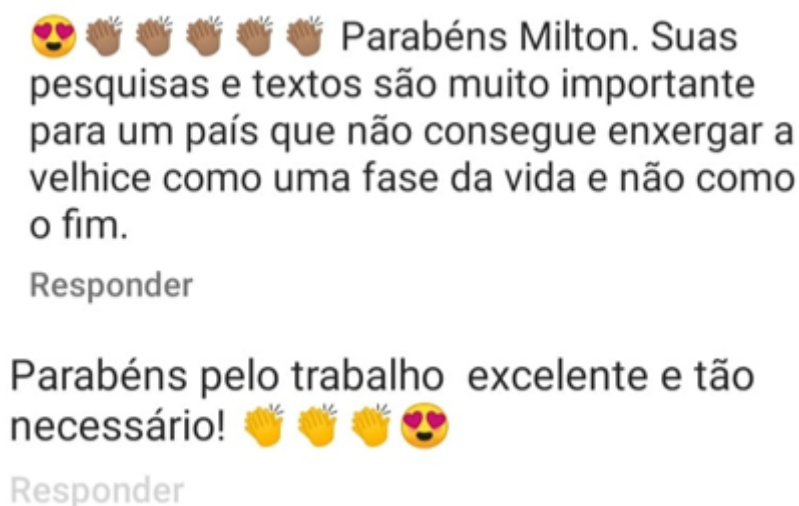


Fonte: Perfil do Instagram @doutormaravilha, 2023.

Por fim, os últimos comentários analisados, confirmam a importância da publicação. O usuário 5 afirma estar chegando na faixa etária 50+ e que o cuidado com a saúde física nesse período é extremamente importante. Para além

disso, ele detalha que a própria comunidade LGBTQIA+ apresenta preconceitos com o público de maior idade, revelando já ter sofrido isso acima dos 40 e mostrando que o preconceito é ainda maior com o público acima de 50 anos. O último participante, o usuário 6, detalha que poucos médicos se atentam para a saúde do público gay como os médicos da publicação, relatando já ter passado por uma situação na qual o médico se quer realizou a avaliação do local da maneira correta. Partindo para as análises da segunda publicação, que conta com 168 comentários, foi escolhido apenas o 6, por explanaram suas análises sobre a publicação, enquanto os demais apenas parabenizaram, utilizando os emojis de aplausos.

Figura 6 – Comentários da publicação 2 – dupla visibilidade



Fonte: Perfil do Instagram @miltoncrenitte, 2023.

O usuário 7 parabeniza de um médico por sua publicação (matéria) e ressalta a importância de um texto que aborde a sexualidade na terceira idade, sobretudo dos homens gays que resolvem se assumir nessa fase da vida. O usuário ressalva que o país (Brasil) “não consegue enxergar a velhice como uma fase da vida, apenas como o fim”, quando de fato não é assim que acontece. Os idosos também merecem ser vistos e, principalmente, vistos como seres sexualmente capazes, livres do preconceito etário e homofóbico. Já o usuário 8, elogia a importância da publicação e o trabalho do médico.

Figura 7 – Comentários da publicação 2 – dupla visibilidade

parabens pela coragem e determinação de
falar e trabalhar isso, dr!! Uma inspiração !!



Que orgulho! Parabéns por abordar o tema
de extrema importância.

Responder

Fonte: Perfil do Instagram @miltoncrenitte, 2023.

O usuário 9 parabeniza o médico pela coragem e determinação de abordar um tema pouco discutido nas redes sociais, que é a velhice do público LGBTQIA+ e sua sexualidade, parabenizando também o médico por atuar em um setor que trabalha constantemente com esse público, o Ambulatório de Sexualidade da Pessoa Idosa. Já o usuário 10, se orgulha de vislumbrar a abordagem do tema de extrema importante não só no perfil do médico, como também em uma matéria jornalística.

Figura 8 – Comentários da publicação 2 – dupla visibilidade

Que bom que suas ideias estão sendo
divulgadas e ampliadas pela grande mídia!
Parabéns!!!

Responder

ronaldoalvesphoto 72 sem  



Responder

Fonte: Perfil do Instagram @miltoncrenitte, 2023.

Finalizando as análises de conteúdo da segunda publicação, temos mais dois comentários. O usuário 11, retrata o quanto é bom que o assunto seja di-

vulgado e ampliado para a grande mídia, que possui um grande alcance e maior possibilidade de informar e educar a população sobre a causa do envelhecer sexual do público LGBTQIA+. Por fim, trago o comentário do usuário 12, que retrata os outros 162 comentários da publicação, na qual parabenizam pelo conteúdo através de emojis de aplausos. Isso demonstra a relevância informacional do tema e o quanto ela se mostra aceita pelos usuários.

Estes resultados foram obtidos a partir da análise geral de 30 publicações nessa temática no Instagram, no período de 20/10/2022 a 30/10/2023. Isso indica uma carência na produção de conteúdos informativos sobre a temática e, principalmente, que estimulem a interação do usuário.

Considerações finais

A partir da análise das publicações e dos comentários realizados pelos usuários, constatou-se que a rede digital Instagram possui potencialidades informativas para a temática do envelhecimento sexual do público LGBTQIA+. Contudo, ainda é necessário maior iniciativa dos perfis na produção de conteúdo para a sexualidade nessa faixa etária, especialmente para o público LGBTQIA+.

No tocante aos comentários encontrados neste estudo, os usuários se mostram interessados na temática e exaltam a importância de discutir esse assunto ainda tão invisibilizado pela sociedade. O trabalho evidenciou o preconceito existente dentro da própria comunidade LGBTQIA+, na qual excluem indivíduos acima dos 50 anos, apresentando uma certa discriminação contra pessoas gays mais velhas. Por fim, a pesquisa se mostra relevante no campo da saúde, sobretudo da psicologia, explorando maiores discussões e pesquisas sobre a temática abordada neste trabalho.

Referências

Araújo, L. F. de; Carlos, K. P. T. (2018). Sexualidade na velhice: um estudo sobre o envelhecimento LGBT. *Revista pepsico. Montevideo* - Uruguai.

Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

Calumby, T. M. D. C.; Barbosa, C. P. A. (2021). A Sexualidade na Velhice como um Tabu Social. In: *Anais do Congresso de Geriatria e Gerontologia do UNIFACIG*.

Crenitte, M. R. F.; Miguel, D. F.; Jacob Filho, W. (2018). *Abordagem das particularidades da velhice de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros*. Serviço de Geriatria do Hospital das Clínicas, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - SP.

Dardengo, C. F. R.; Mafra, S. C. T. (2018). *Os conceitos de velhice e envelhecimento ao longo do tempo: contradição ou adaptação?* Universidade Federal de Viçosa – UFV. Viçosa – MG. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/8923>. Acesso em 18/03/2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2022). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 4. ed.

Irigaray, T. Q.; Schneider, R. H. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 4, n. 25, p. 585-593. Outubro - Dezembro.

Minayo, M. C. de S. (org.); Coimbra Junior, C. E. A. (2002). *Antropologia, saúde e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. E-book. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/d2frp/pdf/minayo-9788575413043.pdf>. Acesso em: 29 out. 2023.

Mucida, A. (2006). *O sujeito não envelhece-Psicanálise e velhice*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Piza, M. V. *O fenômeno Instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica*. 2012. 48 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília.

Rebellato, C. M.; Gomes, C. de A.; Crenitte, M. R. F. (2021). Introdução à velhice LGBT. *Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro – RJ.

Silva, B.R; Finocchio, A.L. (2011). A velhice como marca da atualidade: uma visão psicanalítica. *Vínculo*, vol.8, n.2, São Paulo.

Stumpf, I. R. C. (2006). Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (orgs). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. Ed. São Paulo: Atlas.

CAPÍTULO 4

DIREITOS HUMANOS E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA LEITURA DE A VIDA INVISÍVEL (2019)

Érica Miscena Martins

Doi: 10.48209/978-65-5417-211-4

“Eu sou a que no mundo anda perdida,
Eu sou a que na vida não tem norte,
Sou a irmã do Sonho, e desta sorte
Sou a crucificada... a dolorida...
Sombra de névoa ténue e esvaecida,
E que o destino amargo, triste e forte,
Impele brutalmente para a morte!
Alma de luto sempre incompreendida!...

Sou aquela que passa e ninguém vê...
Sou a que chamam triste sem o ser...
Sou a que chora sem saber por quê...

Sou talvez a visão que Alguém sonhou,
Alguém que veio ao mundo pra me ver
E que nunca na vida me encontrou!”
(Florbela Espanca)

Introdução

O intuito deste artigo é analisar o longa-metragem teuto-brasileiro *A Vida Invisível*, lançado em 2019, sob direção de Karim Aïnouz. O filme, adaptado por Murilo Hauser e Inés Bortagaray, a partir do livro *A Vida Invisível de Eurídice Gusmão* (2016), de Martha Batalha, ambienta-se num momento histórico distante, mas marca-se como um eco dos problemas sociais vivenciados ainda hoje. Nesta obra, ambientada nos anos 50, percebemos a presença evidente de diversas formas de violência de gênero, que acompanham toda a vida das protagonistas Guida e Eurídice. Com isso, nos oferece um cenário complexo das dimensões da violência enfrentadas pelas protagonistas, como reflexo simbólico de toda a condição histórica feminina no Brasil.

Partimos, nesse sentido, da observação de Mara Regina de Oliveira (2015, p. 09), para quem “o cinema pode ser um importante referencial de apreensão cognitiva de problemas humanos que envolvem o direito”. Isso se dá, obviamente, pelo caráter interdisciplinar da arte e sua possibilidade de representação mimética do universo do real. Nesse sentido, este trabalho mergulha na análise das vivências de nossas protagonistas, explorando não apenas como expressões das experiências individuais das personagens, mas também situando-as dentro de um panorama social que marcou-se pela supressão dos direitos das mulheres em diversas épocas.

Para essa leitura, a pesquisa se fundamentou no arcabouço legal que compõe esta trajetória de combate às variadas formas de violência de gênero no Brasil, buscando compreender a evolução das políticas de enfrentamento e o histórico de luta pela edificação dos direitos das mulheres. Com isso, buscamos analisar a evolução dos direitos da mulher no Brasil e a importância do cinema como ferramenta de crítica e mudança social.

A Vida Invisível

Em *A Vida Invisível*, nos são postas aos olhos Guida e Eurídice, duas irmãs que residem na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 50. Desde o primeiro minuto apresentadas como cúmplices e confidentes, estas se separam quando da partida de Guida à Grécia, em companhia de um marinheiro grego chamado Yorgus. Esta, parte com a crença de ter encontrado o amor de sua vida, almejando se casar em Atenas e, feliz, retornar ao Brasil posteriormente.

Entretanto, Guida retorna meses depois, no dia 14 de outubro de 1951, com um filho no ventre e sem aquele que deveria ser seu marido. Ao chegar à casa dos pais - ao que cria, também sua -, com um sorriso de quem retornou a um lugar conhecido e seguro, seu universo de expectativas passa a ruir. Abraçada pela mãe e agredida pelo pai, Guida é expulsa de casa sob o argumento que é mulher desonrada. Mais do que isso, o pai lhe impede o contato com a irmã, dizendo que esta não mais reside no Rio de Janeiro, mas, sim, em Viena, estudando no conservatório musical que sempre sonhou. Com isso, Guida está totalmente destituída da família, sem casa e, mais do que nunca, encontrar-se-á sem amparo.

Dentro deste novo universo a ela imposto, passa a viver seu exílio, sonhando com o dia que retornaria e poderia reencontrar sua irmã. Nesse sentido, busca religiosamente manter uma conexão com a irmã, contando sua história por cartas, que nunca chegariam à sua destinatária, haja vista a retenção destas pelos pais. Assim, Guida mantém-se viva, ocupando um estatuto de presença-ausência, numa família que não mais lhe pertence.

Do outro lado, Eurídice, musicista talentosa que sonhava com a continuidade dos seus estudos de piano, vê seus sonhos se distanciarem a cada dia, sendo trocados pela imposição da vida de dona de casa. Se casa com um homem que não conhecia, cumprindo os direcionamentos de Seu Manoel, genitor

que exerce o poder familiar. “Dicinha”, como é agora chamada, é esposa de Antenor, e tem seu sonho de estudar no conservatório musical de Viena pela primeira vez adiado quando se vê grávida do primeiro filho.

Presa entre um sonho do passado, quando vivia em comunhão com a irmã, e seu sonho musical sempre adiado, Eurídice encontra-se agora diante dos intermináveis locais de cuidado com a família. Nesse sentido, suas responsabilidades familiares são crescentes. Primeiro com o marido, após, com a filha, a mãe doente, o pai viúvo, um novo filho, e assim progressivamente. Com isso, vê-se paulatinamente cercada por responsabilidades e silenciamentos transvestidos de cuidado, em nome do melhor para a família.

Nesse contexto, as irmãs seguem a vida separadas, sem saberem uma da outra, sem o conhecimento das violências suportadas, e sem mesmo poder escolher de qual forma viver. Como o encontro entre as irmãs nunca chega, e verdades que nunca são reveladas, resta à Guida a vida de exclusão e abandono, e à Eurídice a vida que lhe escolhem.

Desvela-se, assim, a representação simbólica de um universo de mulheres silenciadas, atravessadas por agressões diárias que lhes moldam e tornam outras pessoas. Pessoas estas que não sonharam em ser como Guida, como Eurípedes, como as outras mulheres, sujeitas a estrutura patriarcal que determina como vestir, sorrir, ser e sonhar, em uma estrutura que reflete como ainda pensa e age nossa sociedade.

Nesse sentido, torna-se interessante lembrar das anotações de Ferdinand Lassalle (2009, p. 29), para quem a essência da Constituição de um país é “a soma dos fatores reais do poder que regem o país”, que, se juntos e escritos sobre uma folha de papel, adquirem expressão escrita. Por conseguinte, a partir desta manifestação escrita, deixam de ser simples fatores reais do poder, e se tornam verdadeiro direito.

Nesse contexto, a supressão de direitos, a invisibilidade e o silenciamento refletem o que pensa e como se constituiu a sociedade brasileira que, em que pese, se ampare atualmente na Carta magna com as maiores garantias sociais já escrita em terras tupinambás, ainda se contradiz na garantia de igualdades sociais.

Tome-se como exemplo a questão da igualdade salarial, que tem previsão legal no Brasil desde a Constituição de 1934¹. Entretanto, o que se vislumbra, é a incorrência do cumprimento da determinação legal, sendo necessário, no ano de 2023, a criação de multa legal pelo descumprimento, sancionada em julho do presente ano².

De mesmo modo, ainda em 2023 faz-se necessária a manifestação de cortes superiores, informando, entre outros, que não se pode afirmar, como justificativa a agressões ou a morte de uma mulher, em defesa da honra de um homem³, reflexos estes de uma sociedade representada na história de Guida, e que ainda se faz viva.

Neste ínterim, o Brasil segue, ano após ano⁴, com índices alarmantes de violência direcionada a corpos femininos ou feminilizados. Sinalizam-se, entretanto, as mudanças obtidas em prol da melhoria ou obtenção de uma igualdade, constitucionalmente garantida, advindas da luta articulada de mulheres, que romperam um silêncio, reconfortante a uma estrutura dominante, e buscaram com sangue, abandono, suor e lágrimas uma melhoria coletiva.

1 Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem melhorar as condições do trabalhador:

a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil. Disponível em: <Constituição34 (planalto.gov.br)>; acesso em: 30.10.2023.

2 Disponível em: <L14611 (planalto.gov.br)>; acesso em: 30.10.2023.

3 Disponível em: <Supremo Tribunal Federal (stf.jus.br)>; acesso em: 28.10.2023.

4 Disponível em: <Ipea - Atlas da Violencia v.2.7 - Atlas 2022: Infográficos>; acesso em: 28.10.2023

Entre Guidas, Eurídice e Marias - as mudanças legislativas brasileiras contra violência de gênero

Com ambientação datada dos anos 50, o longa-metragem que tomamos de base para reflexão sobre a violência de gênero, como supracitado, traz à vista a história de duas irmãs, separadas, não somente pelos infortúnios do destino, mas sobretudo pelas escolhas de homens. Escolhas - muitas delas amparadas e auxiliadas por mulheres, também sem o direito de escolha - em vários âmbitos da vida pública ou privada, como a privação do contato, a ordenação de distanciamento, entre outras escolhas.

Nesse sentido, torna-se possível verificar no filme *A vida invisível* (2019) as diversas violências, sejam elas expressas ou sutis, que permeiam a vida de Guida e Eurídice. À muitas destas, hoje, o ordenamento jurídico pátrio trata como tipos de violência física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, mas, como sabemos, nos anos 50 eram condutas consideradas normais, possíveis e legítimas.

Essas violências são praticadas dentro do ambiente familiar e, em que pese os esforços de muitas e muitos, ainda se demonstram presentes e intensas, sendo o Brasil um país com altos índices de violência de gênero. Aqui, considere-se, se escolhe a abordagem que inclui mulheres cis, trans e homens que rompem com as características que o definem um conceito pré-estabelecido de masculinidade. Nesse sentido, compreende-se que essas violências são sistematicamente praticadas contra as representatividades que definem o outro gênero, a saber, os corpos onde a violência e controle praticados são legitimados.

De início - e, rompendo uma cronologia de tempo -, cabe ressaltar e exaltar a principal lei nacional de combate à violência no ambiente doméstico e familiar, a lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha. Esta nasce, note-se, não de uma iniciativa do congresso nacional, mas de uma obrigatoriedade

e imposição da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - CIDH/OEA⁵, em um processo que considerou o Estado responsável por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras.

Maria, mulher, mãe, pesquisadora, que entre tantas mulheres vivenciou dias de medo e perigo dentro do ambiente que deveria ser considerado um refúgio, local de descanso e constitucionalmente protegido. No entanto, ao contrário, se demonstra o local mais perigoso. Nesse sentido, cumpre destacar que, no ano de 2019, houve um aumento de 6,1% da taxa de homicídio de mulheres na residência, e diminuição de 28,1% da taxa de homicídios fora do ambiente doméstico⁶. Compreende-se, assim, que o ambiente doméstico e familiar se demonstra o local onde as mulheres sofrem as maiores agressões e, também, o local onde mais morrem.

Maria da Penha sofreu duas tentativas de homicídio em casa, cárcere privado, silenciamento, longas batalhas jurídicas até que seu algoz viesse a ser condenado. Este, um homem que, em 1983, tentou lhe ceifar a vida com o emprego de arma de fogo, resultando em lesão grave e permanente. Logo após essa tentativa, quando retornou ao ambiente familiar, Maria foi mantida em cárcere por 15 dias e, após, novamente, seu algoz empregou esforços para lhe ceifar a vida⁷.

Maria resistiu e permaneceu resistindo. O Estado brasileiro, no ano de 2001, foi responsabilizado pela negligência e tolerância em relação a violência contra as mulheres e, na oportunidade, foram realizadas recomendações a serem tomadas em prol da criação de leis garantidoras de proteção às mulheres⁸, o que ainda nos parece um problema tão cotidiano e familiar.

5 Disponível em: <Caso 12.051 Méritos (oas.org)>; acesso em 28.10.2023.

6 Disponível em: <Prancheta 1 (ipea.gov.br)> acesso em 30.10.2023.

7 Disponível em: <Quem é Maria da Penha — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (tjdft.jus.br)> acesso em 30.10.2023

8 Disponível em: <Caso 12.051 Méritos (oas.org)>

A condenação do agressor - na oportunidade, companheiro de Maria -, ocorreu 19 (dezenove) anos após o crime⁹, em outubro de 2002. No entanto, mesmo após um longo processo, e período buscando uma resposta do estado pela prática de grave lesão à vida, ainda hoje, Maria, por vezes, é desacreditada, descredibilizada e deslegitimada sob os argumentos de que mente, bem como de que acusou o marido por vingança ao descobrir uma traição¹⁰. Tudo isso demonstra a dificuldade da sociedade brasileira em admitir o problema que se tem em relação aos altos níveis de violência de gênero ocorridas dentro do ambiente familiar.

No cenário atual, *A Vida Invisível*, produzido em 2019, é tocante, ao demonstrar, através da vivência de mulheres, as agressões suportadas. De um lado Guida, mãe solo, abandonada, que luta todos os dias para criar seu filho. Por outro lado, Eurídice, que cumpre todas as normas, abdica de si, em nome da manutenção da família, e, entre elas, outras mulheres, que também suportam silenciamentos.

Nos anos 50, no Brasil, uma mulher não poderia sair de casa nem para proteger seus filhos, como o caso de Ana, genitora de Guida. Isto porque, apenas em 1962, por meio da lei 4.121¹¹, a mulher deixa de ser considerada incapaz aos atos da vida cível. No entanto, a referida lei ainda trazia no art. 233, a previsão de que cabia ao marido, enquanto chefe da sociedade conjugal, a competência do direcionamento e das decisões que melhor lhe aprouvesse.

Nesse sentido, o silêncio não era mera opção, mas, sim, determinação, no ambiente familiar. Destaca-se, que, da análise do diploma legal em comento, se verifica que os bens do casal também eram administrados pelo marido e nisso, incluem-se os bens pessoais da mulher, não havendo pacto nupcial ou regime de comunhão dispondo o contrário.

9 Disponível em: <Folha de S.Paulo - Violência: Economista é preso 19 anos após balar a mulher - 31/10/2002 (uol.com.br)>; acesso em 30.10.2023.

10 Disponível em:<É #FAKE que Maria da Penha ficou paraplégica em assalto e não ao ser baleada pelo marido | Fato ou Fake | G1 (globo.com)>; acesso em 30.10.2023.

11 Disponível em: <L4121 (planalto.gov.br)>; acesso em 28.10.2023;

Em mesmo sentido, Ana, a matriarca de *A Vida Invisível*, se demonstra uma pessoa apagada, ao qual restou apenas as amarguras do silenciamento e o peso da manutenção de segredos. Mas este era, também, um papel que a sociedade lhe impunha, sendo que a única postura aceitável era a obediência dentro do lar.

Não se coloca em questão, nem para Ana, nem para Eurídice, o divórcio. Observe-se que, no Brasil, o divórcio é regulado apenas em 1977¹², e o estigma sobre a mulher separada permaneceu por longos anos. Em mesmo sentido, somente no ano de 2021 a violência psicológica¹³ foi tipificada como crime, bem como também foi criada uma qualificadora para dar especificidade ao crime de matar uma mulher apenas pelo fato de ser mulher - feminicídio -, ou seja, por este poder de propriedade, de silenciamento historicamente mantido pela estrutura patriarcal.

Considerações Finais

Em nossa leitura, reafirma-se a visão de que o cinema, como forma de representação mimética do real, tem o poder de trazer à tona questões sociais e jurídicas. No filme *A Vida Invisível* (2019), somos imersos numa aprofundada visão acerca da violência de gênero no Brasil. Nesta obra, ambientada nos anos 50, percebemos a evidente presença de diversas formas de violência, que acompanham toda a vida das protagonistas Guida e Eurídice. Muito embora atualmente o sistema jurídico brasileiro reconheça muitas destas violências, de ordem física, moral, psicológica, sexual e patrimonial, nos anos 50, tais comportamentos eram amplamente normalizados. Essas formas de violência - na narrativa presentificadas no âmbito familiar-, ainda persistem, a despeito dos esforços realizados em várias áreas da sociedade, refletindo elevados índices de violência de gênero no Brasil. Nesse sentido, o filme destaca como a violência

12 Disponível em: <L6515 (planalto.gov.br)>; acesso em 28.10.2023;

13 Disponível em: <L14188 (planalto.gov.br)>; acesso em 28.10.2023;

e o controle, outrora legitimados, continuam a impactar corpos e identidades, desvelando o processo histórico de violências que são perpetradas contra o gênero feminino. O que pôde se perceber, em conjunto desta leitura, é o tardio processo histórico de combate, no Brasil, às diversas violências de gênero. A partir da pesquisa do arcabouço legal que compõem esta trajetória de combate às variadas formas de violência de gênero no Brasil, compreendemos a evolução das políticas de enfrentamento. No entanto, merece destaque a necessidade de revisão e ampliação das leis que abrangem tais abusos.

Referências

ATHIAS, Gabriela. **Economista é preso 19 anos após balar a mulher. Folha de São Paulo.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff3110200210.htm>>. acesso em 30.10.2023.

BRASIL. Constituição (1934). Lex: **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. acesso em: 30.10.2023.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm>. acesso em 28.10.2023.

BRASIL. Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. **Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm>. acesso em 28.10.2023.

BRASIL. Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021. **Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14188.htm#art4>. acesso em 28.10.2023.

BRASIL. Lei nº. 14.611, de 3 de julho de 2023. **Lei da Igualdade Salarial entre homens e mulheres.** Brasília, DF: Senado Federal, 2023. acesso em: 30.10.2023.

CIDH/OEA. **Caso 12.051 - Méritos**. Disponível em: <<https://www.cidh.oas.org/annualrep/2000port/12051.htm>>. acesso em 30.10.2023.

DOMINGOS. Roney. É #FAKE que Maria da Penha ficou paraplégica em assalto e não ao ser baleada pelo marido. G1 - Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2022/06/13/e-fake-que-maria-da-penha-ficou-paraplegica-em-assalto-e-nao-ao-ser-baleada-pelo-marido.ghml>>. acesso em: 28.10.2023. acesso em 30.10.2023.

ESPANCA, Florbela. **Poesia completa**. Org. Rui Guedes. Lisboa: Edições Dom Quixote, 2000.

IPEA. **Atlas 2022: Atlas da Violência**. v.2.7. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/244/atlas-2022-infograficos>>. acesso em 30.10.2023.

LASSALLE, Ferdinand Johann Gottlieb. **O que é uma Constituição?** Trad. Ricardo Rodrigues Gama. 3ª ed. Campinas: Russell Editores, 2009.

OLIVEIRA, Mara Regina de. **Cinema e Filosofia do Direito em diálogo**. São Paulo: Edição do Autor, 2015.

STF. **Tese da legítima defesa da honra é inconstitucional**. Portal do Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticia-Detalhe.asp?idConteudo=511556&ori=1>>. acesso em: 28.10.2023.

TJDFT. **Quem é Maria da Penha**. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/o-nucleo-judiciario-da-mulher/quem-e-maria-da-penha>>. acesso em 30.10.2023.

CAPÍTULO 5

RELAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR—ANALISE DA COLETÂNEA DO NEPRE ANO 2007 A 2013

Nelice Antunes Ferraz

Joelma de Jesus Pereira

Doi: 10.48209/978-65-5417-211-5

Resumo: Este artigo trata do racismo no âmbito escolar da educação básica nas séries iniciais do 1º a 5ºano, tendo como suporte de investigação a coletânea do Nepre, do ano de 2007 a 2013. O tema proposto é : Relações Raciais no Contexto Escolar da Educação Básica nos anos de 2007 a 2013.O Objetivo busca analisar as produções acadêmicas do Nepre desenvolvidas pelos mestrandos da educação no ano de 2007 a 2017 sobre relações raciais na educação básica. Para a realização desta pesquisa, escolheu-se a abordagem qualitativa e quanto aos procedimentos técnicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados parciais da pesquisa apontam que na análise dos oito títulos analisados existe a relação tangível de preconceito, discriminação e racismo na educação básica das séries iniciais.

Palavras-chave: : Coletânea do Nepre. Racismo. Educação básica. Alunos negros. Lei 10.639/03

Introdução

Este estudo está sendo desenvolvido no Departamento de Educação na sala do Nepre, na linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular, pertencente ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso.

Nosso objetivo é analisar as produções acadêmicas do Nepre desenvolvidas pelos mestrados da educação no ano de 2007 a 2017 sobre relações raciais na educação básica, desenvolvidas por seis professores com formação em pedagogia, uma com licenciatura plena em educação física, e outra com graduação em letras. Os critérios para revisão de dados da *Coletânea Educação e Relações Raciais*; foram: fazerem partes da coletânea do acervo do NEPRE; abordar sobre a população negra no contexto escolar da educação básica; compreender o período de 2007 a 2013 e investigar pesquisas que tratam da questão racial na educação básica, com destaque para os anos iniciais do (1º ao 5º).

Ao selecionar o primeiro critério, foram identificados 20 livros da coletânea de 26 volumes que fazem parte das produções e publicações do NEPRE. No segundo critérios foi observado que todos tratam das Relações raciais com recorte à população negra, com exceção do volume 5 que trata também das relações raciais dos jovens indígenas. No entanto ao fazer a terceira seleção, das publicações de 2007 a 2013, foram separados 18 livros, dos 18 somente 8 contemplava os anos iniciais da educação básica que foram separadas das seguintes formas:

Relações de Títulos Analisados

Volume	Autor/a	Título	Ano
3	Candida Soares da Costa	O negro no livro didático de língua portuguesa: Imagens e percepções de alunos e professores	2007
4	Ângela Maria dos Santos	Vozes e Silêncio do Cotidiano Escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros.	2007
7	Vanda Lúcia Sá Gonçalves	Tia, qual é meu desempenho? Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros.	2007
9	Autora Vilma Aparecida de Pinho	Relações raciais no espaço: Percepções de professores de educação física sobre alunos negros.	2007
15	Ivone Jesus Alexandre	Relações Raciais: um estudo com alunos pais e professores	2010
18	Ednar Souza Monteiro	Famílias negras e brancas	2011
21	Yandra de Oliveira Firmo	Um dia isso acaba, não acaba? Relatos de uma experiência psicodramática contra o racismo	2011
25	Carlos Aparecido Paulino	Acesso diferenciado de alunos brancos e negros	2013

Após a seleção a partir dos critérios estabelecida, organizamos o material encontrado na pesquisa bibliográfica por meio de 4 categorias. Em seguida, para a análise desses dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo

Categoria de Análise

Objetivo da pesquisa
Metodologia da pesquisa
Local da pesquisa
Resultados obtidos da pesquisa

Para análise de conteúdo foi utilizada para embasamento teórico Bardin (2011), que vai conceituar a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de comunicação, que por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, busca identificar indicadores que possibilitem inferir conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens.

Pesquisa

Neste trabalho, realizaremos uma análise abrangente das pesquisas publicadas no NEPRE, que tem desempenhado um papel fundamental na pesquisa e promoção do conhecimento no campo da educação das relações raciais. Nesta pesquisa, examinaremos cuidadosamente as principais descobertas, perspectivas e avanços fornecidos pelas publicações, através da análise dos objetivos, metodologia local de pesquisa e resultados da pesquisa, aprofundando nossa compreensão sobre a questão racial na Educação.

No título três O negro no livro didático de língua portuguesa: *imagens e percepções de alunos e professores* é resultado da dissertação de mestrado de Costa (2007) com o objetivo investigar percepções de alunos e professores do ensino fundamental sobre as situações de discriminação racial veiculadas pelos livros didáticos de língua portuguesa adotados para alunos de quinto a oitava

série do ensino fundamental. A pesquisa foi feita em duas escolas da Rede Pública Estadual situada na periferia do Município de Várzea Grande- MT. A metodologia utilizada foi qualitativa com técnicas de análise de conteúdos e entrevistas com alunos do quinto ao oitavo ano e professores.

Para Costa (2007), os livros didáticos atuais ainda perpetuam estereótipos que alimentam a construção de relações discriminatórias entre negros e brancos. Ela observa que embora os conteúdos desse tipo não seja novidade, a falta de atenção e cuidado em relação a eles por parte de diversos setores da educação faz com que continue em destaque, prejudicando tanto as crianças brancas, que são levadas a acreditar em uma falsa superioridade, quanto às crianças negras, que diariamente são expostas a mensagem que as convencem de sua suposta inferioridade.

Nesse contexto, a autora compreende que o ambiente escolar se revela propício a perpetuação de ideias radialistas e se torna um terreno fértil para a manifestação de comportamentos racistas. Além disso, ela enfatizou a importância de incorporar no currículo de formação de professores a história do povo negro, que até então foi negligenciada na versão oficial da história brasileira.

No título quatro , A pesquisa intitulada, *Vozes e silêncio do cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não-negros*, a autora Ângela Maria dos santos (2007), buscou analisar aluno-aluno, buscando compreender como as ideias racistas se estruturam nas relações entre negros, brancos e descendentes indígenas. A pesquisa foi feita em uma escola estadual na periferia do município de Cáceres-MT, com alunos de classe média baixa, no total de 223, matriculados na I fase do II do Ciclo; II Fase do II Ciclo; III Fase do II Ciclo; I Fase III Ciclo e II fase do III Ciclo. A metodologia utilizada por Santos (2007) foi observação participante do cotidiano das relações raciais entre alunos e entrevistas com grupos focais de alunos e professores.

A autora conclui que nas relações estudantis, o conceito hierárquico de raça torna-se uma parte inerente das interações cotidianas entre indivíduos ne-

gros e não negros. Essa dinâmica cria um ambiente em que os alunos brancos naturalmente desfrutam de uma experiência escolar mais favorável e menos desafiadora, facilitando sua integração no cenário educacional.

Desse modo, para os alunos negros, segundo ela, o ambiente escolar é mais exigente, pois eles se deparam com o contexto repleto de preconceito e discriminação racial. Eles são compelidos a navegar em um ambiente marcado por noções de inferioridade racial que persistem no tecido das relações escolares, tanto no tempo quanto no espaço.

Diante disso, Santos (2007), vai dizer que a manifestação tangível do preconceito racial perpetua as dinâmicas desiguais de poder entre alunos brancos, negros e indígenas. Para ela, isso estabelece uma hierarquia que reflete disparidades sociais mais amplas entre esses grupos.

Sobre a percepção dos professores, relativo às tensões raciais entre alunos, a autora observou que a maioria reconhece a existência de discriminação racial dentro do corpo docente. No entanto, parece haver uma falta de iniciativas pedagógicas que abordem as questões raciais. Casos de comportamento discriminatório por parte dos alunos parecem ser recebidos com silêncio, e medidas mais rígidas para combater esse comportamento e fornecer apoio para aqueles que sofreram discriminação, estão totalmente ausentes.

Em última análise, segundo a autora, os resultados da pesquisa encapsulam um contexto social mais amplo de desigualdade entre indivíduos negros e não negros na sociedade brasileira, revelando as complexidades do racismo. Diante disso, segundo Santos (2007), o desafio da escola está em promover uma abordagem educacional que reconstrói as relações éticas e raciais, esse esforço implicaria dismantlar estigmas e estereótipos que foram arraigados e perpetuados nas interações sociais é fundamentalmente responsabilidade da instituição educacional facilitar e promover a inclusão da diversidade ética, racial e cultural, garantindo relações mais justas e contribuindo para a construção de uma sociedade democrática.

No título sete, Tia, qual é o meu desempenho? *Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros* é a pesquisa feita por Gonçalves (2007), com o objetivo de conhecer as percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros. A metodologia é qualitativa com técnicas de observação participante e entrevistas, o lócus da pesquisa foram duas escolas em diferentes regiões de Cuiabá, uma na zona periférica e a outra na zona central, os sujeitos da pesquisa foram 4 professoras dos anos iniciais, duas de cada escolas.

Gonçalves (2007) ressalta que, por meio de sua pesquisa, foram identificados os impactos da questão racial nas relações previstas no cotidiano escolar e no desempenho dos alunos. Desde o momento da entrada na escola, os alunos recebem tratamento diferenciado, refletindo no descaso por parte dos professores, na falta de reconhecimento de suas potencialidades e na imposição de comentários que prejudicam seu desempenho, incluindo comentários negativos sobre suas famílias e o uso de força física, Esses processos, segundo a autora, podem representar obstáculos significativos para o sucesso dos estudantes.

Em sua reflexão, ela enfatiza a importância de compreender que a sala de aula é um espaço diverso, onde diferentes opiniões, comportamentos vontades e realidades se encontram, tanto alunos quanto aos professores fazem parte desse ambiente, e que é essencial que os educadores reconheçam e valorizem essa diversidade, ouvindo e compreendendo as perspectivas variadas presentes. A autora ressalta também que a escola deve considerar e garantir que os alunos negros tenham o direito de se identificar a partir das suas diferenças. Ela conclui que os educadores precisam adotar novas práticas para garantir uma educação de qualidade para todos os alunos.

No título nove, Pinho (2007), em sua pesquisa, *Relações raciais no espaço escolar: Percepções de professores de educação física sobre alunos negros*, a autora aborda as percepções de professores de educação física em relação à

participação dos alunos negros nas atividades dessa disciplina escolar, com o objetivo de analisar a conduta dos professores de educação física com alunos negros.

A metodologia empregada foi à pesquisa qualitativa, utilizando técnicas de observação participante. O campo de estudo compreendeu cinco escolas, sendo três da Rede Municipal e duas da Rede Estadual. A coleta de dados ocorreu nos meses de outubro e novembro. A partir dos critérios feitos pela autora, foi constatado que a educação física é parte integrante da série curricular da rede Municipal de Cuiabá, o que implica na presença de todos os elementos relevantes para o alcance desta pesquisa nas turmas de estudo. As escolas Estaduais foram descartadas, pois a educação física oferecida somente aos alunos do quinto ao oitavo ano, sendo ministrados pelos professores especializados na área. Portanto a autora escolheu as escolas municipais.

Ela conclui que na pesquisa foi observado que, os professores de educação física têm atitudes baseadas em estereótipos negativos e preconceito racial em relação aos alunos negros, associando-os à promiscuidade, degeneração social e comportamentos inadequados. Segundo Pinho (2007), isso reflete uma falta de compreensão das diferenças e está enraizado em teorias racistas. Ela enfatiza a necessidade de políticas de incentivo por partes das secretarias de educação para considerar a importância dos professores de educação física nas escolas periféricas, onde a maioria dos alunos é negros e de estratos socioeconômico desfavorável.

Já no título quinze, A pesquisa realizada pela autora Alexandre (2010), com o título, *Relações raciais: Um estudo com alunos, pais e professores* tem como objetivo compreender as interações entre alunos negros e não negro de uma 4ª série. O campo escolhido pela autora foi uma Escola Pública, no Município de Sinop no estado de Mato grosso, com pais professores e alunos.

A metodologia empregada por ela foi à abordagem qualitativa, que envolveu a aplicação de técnicas de estudo de caso, observação participante e entrevista com pais, alunos e professores.

De acordo com a autora, a observação revelou que os alunos negros enfrentam estigmas e estereótipos dentro da escola, o que exerce uma influência significativa sobre a construção de suas identidades, uma vez que a autoaceitação também está condicionada as percepções que os outros têm de si próprias, fica evidente que a forma como os colegas os enxergam desempenha um papel fundamental. Nessa perspectiva, segundo Alexandre (2010), o ambiente escolar torna-se um espaço conflitante para esses alunos, pois eles enfrentam rejeição por parte de seus colegas. A autora frisa também o descontentamento dos professores por não haver uma estratégia conjunta na escola para abordar a questão racial.

Para a autora, a participação dos pais na pesquisa foi crucial para entender as interações entre os sujeitos, pois confirmou que a cor da pele desempenha um papel significativo na qualidade das relações entre os alunos e no nível de afeto e facilidades que seus filhos encontram na escola. Os depoimentos dos pais evidenciaram que as consequências da discriminação enfrentada no ambiente da sala de aula, afetaram os sentimentos de seus filhos. A autora conclui que é fundamental investir em uma proposta didática que promova a colaboração entre escola e família, para que aconteça uma socialização mais inclusiva, afetuosa e respeitosa entre os alunos. Conforme a sua análise, isso implica no reconhecimento de que o ambiente escolar é composto por indivíduos que foram moldados por uma sociedade onde prevalecem ideias e pensamentos semelhantes que historicamente normalizaram e minimizaram as desigualdades raciais.

No título dezoito, Monteiro em *Famílias negras e brancas percepções sobre a escola*, com objetivo de compreender detalhadamente as manifestações sociais relacionadas aos comportamentos e sujeitos em contextos específicos.

O estudo é de cunho sociológico e tem como procedimento metodológico a análise qualitativa de dados de uma pesquisa realizada via aplicação de questionário para identificar o perfil socioeconômico dos sujeitos envolvidos na pesquisa e entrevista individual semi estruturada com membros de famílias negras e brancas do município de Cuiabá-MT. O local da pesquisa foram duas Escolas Municipais da periferia, com alunos entre nove e onze anos, cursando o ensino fundamental.

A pesquisa revela que, fica evidente que as famílias em geral, tanto negras quanto brancas de origem humilde, depositam na escola suas esperanças de proporcionar um futuro melhor para seus filhos. Segundo ela, eles enxergam a escola como um projeto fundamental para a mobilidade social de seus filhos.

Autora enfatiza que as famílias da classe popular, especialmente as negras, enfrentam desafios econômicos e raciais. Elas lidam com a discriminação no ambiente escolar, onde as crianças sofrem com preconceito de professores e colegas. Apesar dos estereótipos sobre famílias desinteressadas na educação, o estudo mostra que as diversas estruturas familiares não afetam o desempenho escolar. Um ponto preocupante é a percepção negativa de que as crianças têm de sua própria imagem principalmente em relação ao cabelo e a cor da pele.

Diante do exposto, a autora ressalta as preocupações expressadas pelas famílias com a discriminação entre as crianças, percebendo a falta de abordagem da escola sobre questão racial e sobre a prática pedagógica dos educadores é considerada deficitária nesse contexto, devido à falta de clareza e discussão sobre o assunto. A pesquisadora finaliza destacando a importância de ouvir a opinião das famílias de classe popular, muitas vezes negligenciada em estudos educacionais.

No título vinte e cinco, Na dissertação de Paulino (2013) com o tema, Acesso diferenciado de alunos brancos e negros na cidade de Cuiabá-MT, o autor objetiva analisar a existência de mecanismos seletivos diferenciados para

alunos brancos e negros em duas escolas públicas de Cuiabá. A metodologia utilizada por ele foi abordagem qualitativa, com técnicas de entrevistas, questionários, análise documental e caderno de campo. A escolha do campo foram duas escolas no município de Cuiabá, sendo as entrevistadas uma de cada escola. Duas professoras, duas coordenadoras e duas diretoras. O autor destaca que a investigação foi muito limitada diante da complexidade de fatores internos e externos.

De acordo com o autor, a presença significativa de alunos negros em escolas situadas em bairro predominantemente habitado por pessoas brancas é interpretada como um sinal evidente de segregação. A análise feita por ele mostra essa disparidade, que pode sugerir que os alunos brancos que residem nesse bairro podem ser matriculados em instituições de ensino particulares, enquanto as escolas públicas e precárias seriam frequentadas pelos alunos negros.

Paulino (2013) destaca que, mesmo sendo a maioria em termos totais, os alunos negros estão em proporções menores que os alunos brancos, mesmo na “Escola menos precárias”, como classificada por ele. Por outro lado, na escola considerada mais precária, a presença de alunos negros é numericamente superior.

Ao analisar a questão, o autor também investiga a relação entre a renda familiar dos grupos, o que, para ele, merece uma avaliação profunda. Visto que, é notável que a renda familiar dos alunos matriculados naquela escola em que ele classifica como “Escola menos precária” seja superior aos alunos da escola categorizada como mais precária. Da mesma maneira, ao realizar o recorte por raça o autor identifica um padrão interessante, pois os estudantes negros que frequentam a escola menos precária, possuem uma renda mínima maior em comparação aos alunos pretos, pardos e brancos da “Escola mais precária”. Para o autor, o fato de os alunos pretos estarem na “Escola menos precária, se deve a condição social mais alta que pode ter favorecido o seu acesso.

A pesquisa também revelou que, mesmo inibindo a prática de expulsar alunos, há evidências de que esse fato acontece dentro da escola. No entanto, tais acontecimentos parecem manifestar-se por meio de mecanismos menos transparente. Ao se aprofundar na análise das disparidades de idade defasada, taxas de evasão e transferências entre as duas instituições escolares, Paulino (2013), constata que a escola com condições mais precária apresenta uma incidência significativa maior. Em contraste, na escola de padrões, mais elevados, tais incidências se aproximam da inexistência.

Conforme indicado pelo autor, embora não tenha sido identificado um mecanismo discriminatório no ato da matrícula, a análise da composição racial, do nível socioeconômico, bem como a ausência de defasagem de idade e série entre os estudantes frequentadores da “Escola menos precária”, sugere a presença de um processo seletivo que possivelmente ocorreu durante o acesso inicial. Esta suposição é embasada na observação de que ao longo do ano letivo não houve registro de evasão significativa. Vale ressaltar segundo o autor, que o índice notável de transferência de alunos pretos e pardos na “Escola menos precária”, levanta a hipótese de que talvez sejam filhos de trabalhadores autônomos que se veem obrigados a mudar de bairros em busca de oportunidades de emprego. Para o autor, há evidências de que as transferências de alunos podem ter sido motivadas por discriminação racial, levando os estudantes a buscarem a realocação em outras escolas como respostas ao preconceito enfrentado, no entanto o autor salienta que os elementos de apoio disponíveis até ao momento são restritos e recomenda-se uma análise mais aprofundada para uma conclusão definitiva.

No título 21- Na pesquisa intitulada, *Um dia Isso acaba, não acaba? Relatos de experiência psicodramática contra o racismo* Firmo (2011), faz o uso de técnicas psicodramáticas e do teatro espontâneo, com objetivo investigar as queixas preconceituosas de raça e cor de pele no sentido de torná-las concretas, observáveis e passíveis de mudanças. A pesquisa foi realizada em uma Escola

Estadual na periferia de Cuiabá - Mato grosso, na turma de 5º ano do ensino fundamental. A metodologia utilizada pela autora foi à pesquisa, ela utilizou de intervenções nas falas dos alunos que trazia em suas narrativas atitudes preconceituosas que segundo ela estão enraizadas e persistentes no âmbito escolar. No título vinte e um a autora salienta que na escola existe reprodução de racismo, o que faz com que o aluno negro não reconheça a sua identidade dentro do grupo escolar.

A autora conclui que, a dramatização e a ressignificação das histórias vividas como fórmula para combater o racismo não foi apresentada neste estudo como algo pronto e acabado, mas, sim, como possibilidade de mudanças por meio da intervenção no ambiente (FIRMO 2011, p.102).

Conclusão

Com base nas pesquisas apresentadas e nos autores mencionados, é possível identificar vários pontos em comum relacionados às questões de discriminação racial no ambiente escolar brasileiro. Suas pesquisas investigam as percepções de alunos, pais e professores em relação a questões raciais, bem como às interações presentes nas escolas. Além disso, eles analisam como a discriminação afeta o desempenho acadêmico dos alunos negros e como as famílias percebem a escola nesse contexto. Em geral, essas pesquisas destacam a persistência de estereótipos raciais, preconceitos e discriminação no sistema educacional brasileiro e como esses fatores contribuem para a reprodução das desigualdades raciais na sociedade. Além disso, eles enfatizam a importância de abordar e combater o racismo no ambiente escolar, bem como a necessidade de políticas e práticas educacionais mais inclusivas e sensíveis a diversidade racial.

Referências

ALEXANDRE, Ivone Jesus. **Relações raciais: um estudo com alunos, pais professores**. Cuiabá: EdUFMT, 2010. Coletânea Educação e Relações Raciais, v15.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

COSTA, Candida Soares da. **O negro no livro didático de língua portuguesa: imagens e percepções de alunos e professores**. Cuiabá: EdUFMT, 2007. Coletânea Educação e Relações Raciais, v 3.

FIRMO, Yandra de Oliveira. **Um dia isso acaba, não acaba? relatos de experiência psicodramática contra o racismo**. Cuiabá: EdUFMT, 2011. Coletânea Educação e Relações Raciais, v 21.

GONÇALVES, Vanda Lucia Sá. **Tia, qual é o meu desempenho? Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros**. Cuiabá: EdUFMT, 2007. Coletânea Educação e Relações Raciais, v 7.

MONTEIRO, Ednar Souza. **Famílias negras e brancas: percepções sobre a escola**. Cuiabá: EdUFMT, 2011. Coletânea Educação e Relações Raciais, v 18.

PAULINO, Carlos Aparecido. **Acesso diferenciado de alunos brancos e negros**. Cuiabá: EdUFMT, 2013. Coletânea Educação e Relações Raciais, v 25.

PINHO, Vilma Aparecida de. **Relações raciais no cotidiano escolar: percepções de professores de educação física sobre alunos negros**. Cuiabá: EdUFMT, 2007. Coletânea Educação e Relações Raciais, v 9.

SANTOS, Ângela Maria dos. **Vozes e silêncio no cotidiano escolar: as relações raciais entre alunos negros e não negros**. Cuiabá: EdUFMT, 2007. Coletânea Educação e Relações Raciais, v 4.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Gustavo Duarte

Pós-doutor em Dança pela UFBA (2018). Doutor em Educação pela UFRGS/RS (2013). Mestre em Educação pela UFSM/RS (2003). Graduado em Educação Física (Licenciatura Plena) pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM/RS (2000). Tem experiência com Dança em Escolas, Grupos e Academias. Coreógrafo. Foi Professor de Atividades Rítmicas e Expressivas e Dança Escolar nos Cursos de Educação Física do Centro Universitário Metodista do IPA/Porto Alegre e do Curso de Dança - Licenciatura - do Centro de Artes (CA) da Universidade Federal de Pelotas/RS, (UFPel). É Professor e foi Coordenador do Curso de Dança, Licenciatura, da Universidade Federal de Santa Maria/RS (UFSM) e do PIBID Dança da UFSM. Atua nas áreas do Ensino e Didática de Dança, Estágio Curricular Supervisionado, Estudos de Gênero e Sexualidade, Corpo, Cultura e Envelhecimento. Orienta Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Pesquisador da ANDA (Associação Nacional dos Pesquisadores em Dança). Coordenador do GEEDAC (Grupo de Estudos em Educação, Dança e Cultura) e do LICOR (Laboratório de Improvisação e Coreografia). Vice-Diretor do CEFD.

Alberto Barreto Goerch

Advogado. Doutor em Diversidade e Inclusão pela Universidade FEEVALE com Bolsa de Estudos pela CAPES, Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, Pós-graduado Lato Sensu em Direito com Especialização em Direito Constitucional pela UNIDERP e Pós-graduado Lato Sensu em Direito com Especialização em Direito Processual Civil pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Graduado em Direito pela Faculdade Metodista de Santa Maria - FAMES. Professor Universitário, em Cursos de Especializações e Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Experiência Docente nas Modalidades Presencial e em EAD. Membro da Academia Brasileira de Direito Internacional. Presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual e Gênero da OAB/SM. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Tribunais Internacionais da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Membro do Grupo de Pesquisa Arthemis - Direito e Gênero da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Integrante do Grupo de Pesquisa do CNPQ/Metropolização e Desenvolvimento Regional da Universidade Feevale. Tem experiência em pesquisa na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Constitucionalismo Contemporâneo, Políticas Públicas, Direitos Humanos, Direitos Sociais, Novos Direitos, Diversidade e Inclusão. E-mail: betogoerch@gmail.com

Ivanio Folmer

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutor em Geografia-PPGGEO/UFSM (2022). Especialista em Coordenação Pedagógica - FCE - (2023). Participante de diversos projetos Ensino, Pesquisa e Extensão, com as temáticas de Educação no campo; Território; Sujeitos do Campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Foi Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM 2018-2023. É professor Formador da Universidade de Caxias do Sul/PARFOR 2023. Especializando em Supervisão Escolar - FCE. Integrante do Grupo de Pesquisa Girassol - Grupo de Pesquisa em Agroecologia, Educação do Campo e Inovações Sociais - UFSM; Grupo de Pesquisa em Educação e Território-GPET - UFSM e Agricultura e Urbanização na América Latina - USP. É integrante da Academia Luso-Brasileira de Letras do Rio Grande do Sul

SOBRE OS AUTORES

Celestino José Mendes Galvão Neto

Doutor em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

E-mail: celestino.galvao@gmail.com

Daniela Copetti Santos

Doutora em Ciências Biológicas (Bioquímica) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil (2015). Professor Efetivo do Instituto Federal Farroupilha, Brasil.

Érica Miscena Martins

Acadêmica pós-graduanda em Direito da Seguridade Social - Previdenciário e Prática Previdenciária pela Faculdade Legale.

E-mail: erica.miscena@gmail.com

Fábio Araújo Cavalcante

Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau de Campina Grande (PB). E-mail: fabioistlytec@hotmail.com

Isabelle Tavares Amorim

Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

E-mail: isabellepsico.it@gmail.com

Juliana Leite Silva Ramos

Psicóloga, Residente Hospitalar Multiprofissional em Saúde do Idoso pelo Hospital Universitário Lauro Wanderley (UFPB).

E-mail: julianaramospsicologia@gmail.com

Joelma de Jesus Pereira

Mestranda de Educação no Programa de Pós -graduação PPGE/ UFMT, Professora Pedagoga especialista na educação especial e infantil.

E-mail: joelmajp2006@gmail.com

CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES:

Saberes Plurais, Diversidades e

Identidades

ARCO
EDITORES

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952